

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

NAYARA SILVA DAMASCENO

**A INFRAESTRUTURA MUNICIPAL E ESCOLAR: O DIREITO AS PESSOAS COM
NECESSIDADES ESPECIAIS DE BENJAMIN CONSTANT/ AM**

BENJAMIN CONSTANT- AM

2021

NAYARA SILVA DAMASCENO

**A INFRAESTRUTURA MUNICIPAL E ESCOLAR: O DIREITO AS PESSOAS COM
NECESSIDADES ESPECIAIS DE BENJAMIN CONSTANT/AM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial a obtenção do grau de Licenciado (a) no Curso de Licenciatura plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Amazonas-INC/BC.

Orientador: Prof. Msc. Josenildo Santos de Souza.

Benjamin Constant- AM

2021

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

D155i Damasceno, Nayara Silva
A infraestrutura municipal e escolar : o direito as pessoas com necessidades especiais de Benjamin Constant/AM / Nayara Silva Damasceno . 2021
99 f.: il. color; 31 cm.

Orientador: Josenildo Santos de Souza
TCC de Graduação (Licenciatura Plena em Pedagogia) -
Universidade Federal do Amazonas.

1. Acessibilidade. 2. Necessidade Educacionais Especiais. 3. Espaços Escolares. 4. Infraestrutura. 5. Legislação. I. Souza, Josenildo Santos de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

DEDICATÓRIA

Dedico este Trabalho de Conclusão de Curso primeiramente a Deus, pois é ele que nos dá forças e capacidade para superar qualquer dificuldade.

Aos meus pais, por estarem sempre ao meu lado, me ajudando e incentivando. Por fim, dedico este trabalho a todo o curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amazonas.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus pela vida e pela força que me deste.

A cada um dos professores deste curso que contribuíram um pouco de seus conhecimentos comigo, que me forneceram todas as bases necessárias para a realização deste trabalho.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Msc. Josenildo Santos de Souza por ter aceitado me orientar, incentivar e pela sua dedicação.

Aos meus pais que sempre me apoiaram ao longo de toda a minha trajetória de vida, sem o apoio deles eu não teria conseguido concluir.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desde trabalho.

*“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela,
tampouco, a sociedade muda. ”*

Paulo Freire

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de curso tem como objetivo descrever as atividades desenvolvidas durante a observação e participação ativa nas disciplinas de práticas e nos estágios supervisionados durante a vida acadêmica. Este TCC aborda a temática **“A infraestrutura municipal e escolar: o direito as pessoas com necessidades especiais de Benjamin Constant/AM.”** É de caráter científico, e objetiva apresentar descrições, reflexões e análises sobre a infraestrutura física municipal e os direitos de acessibilidade que pessoas com necessidades especiais tem enquanto a sua inclusão escolar na educação básica. Os resultados obtidos revelam que, o município ainda não possui a infraestrutura totalmente adequada para a inclusão de pessoas com deficiências. No entanto, há uma necessidade de ampliações e melhorias na infraestrutura física e maior disponibilidade de recursos adaptados para as pessoas com necessidades especiais e pessoas como alguma mobilidade reduzida.

Palavras-Chaves: Acessibilidade. Necessidade Educacionais Especiais. Espaços Escolares. Infraestrutura. Legislação.

ABSTRACTO

Este trabajo de conclusión de curso tiene como objetivo describir las actividades desarrolladas durante la observación y participación activa en disciplinas prácticas y pasantías supervisadas durante la vida académica. Este TCC aborda el tema "Infraestructura municipal y escolar: el derecho de las personas con necesidades especiales del Benjamin Constant/AM". Es de carácter científico y tiene como objetivo presentar descripciones, reflexiones y análisis sobre la infraestructura física municipal y los derechos de accesibilidad que tienen las personas con necesidades especiales durante su inclusión escolar en la educación básica. Los resultados obtenidos revelan que el municipio aún no cuenta con la infraestructura totalmente adecuada para la inclusión de las personas con discapacidad. Sin embargo, existe la necesidad de ampliaciones y mejoras en la infraestructura física y una mayor disponibilidad de recursos adaptados para personas con necesidades especiales y personas con movilidad reducida.

Palabras clave: Accesibilidad. Necesidades Educativas Especiales. Espacios Escolares. Infraestructura. Legislación.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 01-** Mapa com a localização do município de Benjamin Constant- Am
- Figura 02-** Símbolos internacionais
- Figura 03-** Passarela de madeira
- Figura 04-** Porto do município
- Figura 05-** Rua Frei Ludovico
- Figura 06-** Trecho da Avenida 21 de Abril no centro da cidade
- Figura 07-** Rua 1° de maio e trecho da rua Aluizio Ataíde
- Figura 08-** Trecho da Rua primeiro de Maio
- Figura 09-** Via com demarcação da faixa de rolamento para veículos automotores, ciclovia, Calçada com área de pedestre e área destinada à implantação do mobiliário urbano.
- Figura 10-** Trecho da Av. Castelo Branco
- Figura 11-** Semáforo do Município
- Figura 12-** Botão de acionamento do temporizador para a travessia
- Figura 13-** Faixa de travessia elevada ao nível do passeio público
- Figura 14-** Quadra Poliesportiva do município
- Figura 15-** Praça principal do Município
- Figura 16-** Mercados Municipal
- Figura 17-** Postos de Saúde
- Figura 18-** Conselho Tutelar
- Figura 19-** Trecho da av. Castelo branco e rua Frei Ludovico
- Figura 20-** Trecho da rua Frei Ludovico e rua Castelo Branco
- Figura 21-** Frente da câmara municipal
- Figura 22-** Rampa de acesso a biblioteca de uso público com inclinação correta conforme ABNT NBR 9050:2004.
- Figura 23-** Vagas de estacionamento exclusivo
- Figura 24-** Estacionamento para pessoa com deficiência
- Figura 25-** Avenida 21 de Abril
- Figura 26-** Entrada da Escola
- Figura 27-** Corredor do 1° piso
- Figura 28-** Corredor Escolar
- Figura 29-** Banheiro feminino
- Figura 30-** Banheiro Masculino
- Figura 31-** Exemplo de banheiro acessível
- Figura 32-** Escada que dar acesso ao 2° piso
- Figura 33-** Escada escolar
- Figura 34-** Corredor do 2° piso
- Figura 35-** Biblioteca escolar
- Figura 36-** Exemplo de biblioteca acessível
- Figura 37-** Redondezas da quadra da escola
- Figura 38-** Parte interna da quadra
- Figura 39-** Frente da escola
- Figura 40-** Faixa do dia da Intervenção
- Figura 41-** Turma do ensino fundamental
- Figura 42-** Atividade da intervenção
- Figura 43-** Imagem da Escola Municipal Cosme Jean
- Figuras 44-** Discentes no estágio de gestão
- Figura 45-** Dia da intervenção

Figura 46- Participação na atividade

Figura 47- Atividade de intervenção

Figura 48- Finalização da intervenção

LISTA DE SIGLAS

PNEE- Política Nacional de Educação Especial

MEC- Ministério da Educação

PPP- Projeto Político- Pedagógico

SAEB- Sistema Nacional de Avaliação da Educação

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais

CONAD- Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência

ABNT- Associação Brasileira de Normas Técnicas

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

PNE- Plano Nacional de Educação

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

TCC- Trabalho de Conclusão de Curso

AM- Amazonas

RCNEI- Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

TBT- Tabatinga

BC- Benjamin Constant

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. MARCO TEÓRICO.....	13
1.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.....	13
1.2 ACESSIBILIDADE ESCOLAR E OS ASPECTOS LEGAIS DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE 2008.....	14
1.3 ACESSIBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA.....	24
2. METODOLOGIA DA PESQUISA.....	29
2.1 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	29
2.2 O CAMPO DE PESQUISA	33
2.2.1 A escola “X”.....	34
3. A ACESSIBILIDADE URBANA E ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT.....	36
3.1 DIREITOS DE ACESSIBILIDADE AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT/AM.....	36
3.2 A Infraestrutura Escolar.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	66
REFERÊNCIAS.....	68
APÊNDICES.....	71
APÊNDICE A – MEMORIAL.....	72

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso (TCC), apresenta resultados de estudos, estágios supervisionados, atividades e pesquisas realizadas ao longo do Curso de Pedagogia.

É um trabalho por exigência legal do curso, que se configura como produto final das atividades realizadas durante toda trajetória acadêmica. É de caráter científico, pois implica estudos detalhados da realidade educacional.

O estudo objetiva analisar a infraestrutura municipal e escolar as pessoas com necessidades educacionais em uma escola da educação básica, sob o aspecto de como o benefício da arquitetura e infraestrutura do local pode ter na inclusão de pessoas com deficiência no ambiente.

Para alcançar este objetivo geral definimos os seguintes objetivos específicos: Caracterizar a infraestrutura física municipal e o direito de acessibilidade as pessoas com necessidades especiais; identificar a infraestrutura física da escola e a inclusão escolar na educação básica.

Para alcançar os objetivos propostos foi possibilitado fazer estudos bibliográficos/documental e um estudo exploratório com apoio da pesquisa. A pesquisa foi desenvolvida no Município de Benjamin Constant- AM e em uma Escola Municipal com o codinome X.

Este estudo está embasado, principalmente nas ideias de Brandão (1981); Lakatos (2009); Libâneo (2005); Marconi (2002); Piaget (1995); Mantoan (2003); Silva (2014), Paulo Freire, entre outros, e, nas legislações que tratam da questão. O estudo destes teóricos e dos dispositivos legais que, orientam a organização e a obrigatoriedade, acerca da acessibilidade e da eliminação de infraestrutura que estão impossibilitando a inclusão dos alunos com deficiência.

Para uma melhor compreensão o trabalho de Conclusão estar organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo discorre uma breve fundamentação teórica acerca do tema; no segundo apresenta a metodologia utilizada e o contato com temática; no terceiro apresenta os resultados durante o estudo e, por último as considerações finais trazendo uma breve reflexão sobre o trabalho.

1. MARCO TEORICO

Este primeiro capítulo tem como objetivo mostrar as concepções de autores que falam, sobre a temática conceituando o que é acessibilidade, pessoas com necessidades educacionais especiais e sua relevância para eliminação de barreiras que estão impedindo a acessibilidade em todos os seguimentos sociais da pessoa com deficiência.

1.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ESTUDANTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Necessidades educacionais especiais estão relacionadas aos alunos com dificuldades de aprendizagem ou possuem alguma deficiência física ou intelectual. Atualmente vivemos em um mundo, no qual a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no âmbito escolar na rede regular de ensino é precária.

A Constituição Federal, Art. 205, determina que a educação é direito de todos, e a Resolução do CNE/CEB nº2/2001, define que as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, determina que as escolas do ensino regular devem matricular todos os alunos em suas classes comuns, com os apoios necessários. Sendo assim, é obrigatório acolher e matricular todos os alunos, independentemente de suas necessidades ou diferenças.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Lei no 9.394/1996, p. 39)

É importante destacar que não é apenas a escola acolher, mas que a escola também supra as necessidades educacionais destes **alunos especiais**, no qual eles tenham condições efetivas de aprendizagem e desenvolvimento. A inclusão nos ambientes escolar e cultural de pessoas com necessidades educacionais é grande, pois nem todos os professores são bem preparados para ensiná-los.

[...] §3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil. (Lei no 9.394/1996, p. 40)

É preciso muito trabalho e muita dedicação para o processo de inclusão dos alunos com necessidades, é um processo demorado e envolve: a família, amigos, professores, médicos, psicólogos e outros elementos da escola. A educação para pessoas com necessidades especiais é ressaltada como direito e hoje em dia é inquestionável.

As pessoas que apresentam necessidades especiais (portadores de deficiência mental, auditiva, visual, física e deficiência múltipla, e portadores de altas habilidades) representam 10% da população brasileira e possuem, em sua grande maioria, uma vasta experiência de exclusão que se traduz em grandes limitações nas possibilidades de convívio social e usufruto dos equipamentos sociais (menos de 3% têm acesso a algum tipo de atendimento), além de serem submetidas a diversos tipos de discriminação". (RCENEI, 1998, p.35)

As pessoas com deficiência nem sempre são bem recebidas nos lugares, seja pela falta de acessibilidade ou pelo preconceito, não só no ambiente escolar, mas em vários outros lugares. Em questão da acessibilidade é as várias barreiras encontradas, como, por exemplo: prédios públicos não totalmente adaptados. O que falta é que as pessoas possam respeitar e reconhecer que os deficientes possuem os mesmos direitos na sociedade.

As escolas atualmente têm que desenvolver uma pedagogia centrada nas crianças, serem capazes de educar a todas, tirando todo e qualquer tipo de discriminação, respeitando as diferenças. Tem que dá conta das diversidades e oferecer respostas à todas as suas características e necessidades, solicitando, assim, apoio de instituições e especialistas quando for necessário.

1.2 ACESSIBILIDADE ESCOLAR E OS ASPECTOS LEGAIS DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DE 2008.

Neste tópico, conheceremos o uso dos aspectos legais da política nacional de educação especial na Perspectiva de Educação inclusiva (2008). Política essa que foi, e é de suma importância, pois apresenta aspectos que orientam e asseguram a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, abordando as formas de uso, aplicação das mesmas e o percurso legal das propostas de acessibilidade,

realizando uma reflexão dentro dos dispositivos que fundamentam o processo da Inclusão social e educacional.

A acessibilidade escolar está contemplada como um direito fundamental assegurado nas políticas sociais. A ideia da acessibilidade perpassa a questão da educação inclusiva, proposta na atual Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 1), diz que:

;

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Logo, a educação inclusiva é oferecida a todos os alunos, com a possibilidade de uma educação melhor e de qualidade. De acordo com o estudioso Rodrigues (2006, p. 301):

O conceito de inclusão no âmbito específico da educação implica, antes de mais nada, rejeitar, por princípio, a exclusão (presencial ou acadêmica) de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, a escola que pretende seguir uma política de educação inclusiva (EI) desenvolve políticas, culturas e práticas que valorizam a contribuição ativa de cada aluno para a formação de um conhecimento construído e partilhado – e, desta forma, atinge a qualidade acadêmica e sociocultural sem discriminação.

Dessa forma, o direito de inclusão estar assegurada nas legislações Brasileira e já pensado por grandes estudiosos a educação inclusiva desloca o olhar para a questão da acessibilidade, a partir desta perspectiva, cada aluno deve ter acesso à escola e ao ensino.

Por muitos séculos, algumas pessoas e escolas achavam que o saber, o conhecimento tinha que ficar na mão de poucas pessoas, de um único grupo, como, os nobres, a elite, os letrados ou os que que nasceram com méritos. Em contrapartida as pessoas que tinham menos prestígios social, como os trabalhadores, e/ou pessoas com alguma condição de deficiência esses segundo as escolas, não tinham acesso a esse conhecimento.

No Brasil, essas ideias começam a ser modificada com o movimento Escola Nova, esse movimento é criado pelo Anísio Teixeira e ganha força nos anos de

1930. Ele almejou a construção de uma educação pública, democrática, gratuita e acessível para todos.

Finalmente, no ano de 1988 a Constituição vai afirmar que a educação, a partir daquele momento é o direito de todos. A política nacional de educação especial e inclusiva vai mencionar a importância da constituição, para a inclusão das pessoas dentro da escola, mas também vai falar de outros documentos que também foram importantes, conhecidos como marcos históricos e normativos.

Quando se trata dos dispositivos legais, em meados de 1973 surgiu as primeiras discussões acerca da acessibilidade, nos Estados Unidos, no qual teve a criação da Lei de Reabilitação, que estabelecia a criação de adaptações plausíveis e ambientes menos restritivos no emprego, no ensino superior e logo depois se estendeu nas escolas. No ano de 1980, criou-se a Lei- Americanos Portadores de Deficiência, essa lei veio para proibir a discriminação das pessoas com deficiência, promovendo a sua acessibilidade no trabalho. Promovendo também fundos públicos para os recursos que eles necessitavam.

No ano de 1993, a ONU publicou “normas sobre a Igualdade de Oportunidade para as Pessoas com Deficiência”, considerando fundamental a igualdade e acessibilidade para todos. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2014, p.35):

Art.9 A fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver de forma independente e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes tomarão as medidas apropriadas para assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana como na rural. Essas medidas, que incluirão a identificação e a eliminação de obstáculos e barreiras à acessibilidade, serão aplicadas, entre outros, a: a) Edifícios, rodovias, meios de transporte e outras instalações internas e externas, inclusive escolas, residências, instalações médicas e local de trabalho; b) Informações, comunicações e outros serviços, inclusive serviços eletrônicos e serviços de emergência.

Sendo assim, as pessoas com deficiência têm o direito essencial à vida e todas as medidas necessárias tem que ser tomadas pelo o estado. Para que assim, seja garantida o efetivo exercício desse direito pelas pessoas com deficiência.

A Declaração de Salamanca é um importante documento, no qual foi um consenso mundial sobre as políticas da educação das pessoas com necessidades educacionais especiais.

A Conferência reuniu em Salamanca, mais de 300 participantes, em representação de 92 governos e 25 organizações internacionais, no dia 7 a 10 de Junho de 1994, todos afins de promover objetivos da Educação para Todos, trazendo discursões sobre fundamentais mudanças na política, para melhor abordagem da educação inclusiva, para que todas as instituições incluam todas as pessoas, sobretudo as com necessidades educacionais especiais, aceitando as diferenças.

Em 1994, a Declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que **“as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”**. (BRASIL, 2006, p.330).

Esse documento visa sobre a inclusão social e sobre os Direitos da Criança. Diz que as escolas regulares devem aceitar qualquer estudante independentemente de cor, raça, cultura, classe sociais, condições físicas e outras. Devem aceitar as crianças com necessidades educacionais especiais e além disso, devem receber qualquer tipo de apoio extra que possam precisar.

As crianças têm o direito fundamental à educação, e com as crianças com necessidades educacionais especiais não poderia ser diferente, elas também devem ter acesso às escolas regulares. As escolas devem se adequar através duma pedagogia centrada na criança.

As escolas inclusivas têm um princípio fundamental que consiste em todos os alunos aprenderem juntos, independentemente das dificuldades e das diferenças. As escolas devem suprir com a necessidades de todos, e para um bom desempenho no desenvolvimento das crianças, é necessário que as escolas tenham um currículo adequado, uma boa organização, estratégias pedagógicas, além disso, é necessário um conjunto de apoio de toda a comunidade ao seu redor.

A convenção de Guatemala, aconteceu ainda no final do século XX e tem uma grande importância na educação. O seu maior objetivo foi a de eliminar a discriminação de pessoas com deficiência, afim de propiciar o direito igual a todos.

No seu primeiro artigo, define-se o termo deficiência como: “deficiência, significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária causada ou agravada pelo ambiente econômico e social”. (CONVENÇÃO GUATEMALA- 1999). Logo então, entende-se que uma pessoa com deficiência é toda aquela que tem algum tipo de alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano.

No mundo existem muitas pessoas com deficiência física, é difícil saber o número exato, mas, certamente, é um número muito grande. As causas delas podem ser por acidentes de trânsito, ferimentos por arma de fogo ou doenças hereditárias. Os tipos de deficiência podem ser: deficiência visual, deficiência motora, deficiência auditiva, deficiência intelectual, deficiência física, lesão cerebral, paralisia cerebral, lesão medular, distrofias musculares, esclerose múltipla, amputações, malformações congênitas, distúrbios posturais da coluna, sequelas de queimaduras, entre outras. Elas podem ser temporárias, recuperável, compensável e definitivas.

Esta convenção foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, no qual afirma que todas as pessoas com deficiências têm o mesmo direito que os outros, e inclusive tem o direito de não ser submetido a qualquer tipo de discriminação. E para os efeitos desta Convenção, entende-se por deficiência:

Art. 1 O termo "deficiência" significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. (BRASIL, 2001)

Esta convenção, também aborda no seu artigo III, objetivos e medidas de caráter legislativos que trabalham bem os aspectos de acessibilidade, assim, eliminando toda e qualquer forma de discriminação contra as pessoas com deficiência, proporcionando assim a sua inclusão. No artigo 3, do decreto de nº 3.956 diz que:

a) medidas das autoridades governamentais e/ou entidades privadas para eliminar progressivamente a discriminação e promover a integração na prestação ou fornecimento de bens, serviços, instalações, programas e atividades, tais como o emprego, o transporte, as comunicações, a habitação, o lazer, a educação, o esporte, o acesso à justiça e aos serviços policiais e as atividades políticas e de administração;

- b) medidas para que os edifícios, os veículos e as instalações que venham a ser construídos ou fabricados em seus respectivos territórios facilitem o transporte, a comunicação e o acesso das pessoas portadoras de deficiência;
- c) medidas para eliminar, na medida do possível, os obstáculos arquitetônicos, de transporte e comunicações que existam, com a finalidade de facilitar o acesso e uso por parte das pessoas portadoras de deficiência;
- e
- d) medidas para assegurar que as pessoas encarregadas de aplicar esta Convenção e a legislação interna sobre esta matéria estejam capacitadas a fazê-lo. (BRASIL, 2001)

Medidas essas que precisam ser cumpridas, para que assim a questão de acessibilidade seja bem desenvolvida, para que as pessoas com deficiência não se sintam excluídas. As dificuldades e os problemas sociais têm que serem quebrados e as leis estão aí para isso. No qual é garantido a inclusão para que não haja a exclusão.

No Brasil, a acessibilidade tem seu marco normativo legal para a educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2008) em normas, dentre quais destacados normas técnicas (ABNT) nº9050/2004; Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (nº13.146/15); Lei nº12.711, de 29 de agosto de 2012; Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016; Decreto nº 9.034, de 20 de abril de 2017; Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002; e o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Leis essas que asseguram e promovem a igualdade, os direitos, a inclusão de todos na cidadania.

Atualmente, a democratização do ensino, o direito de todas as pessoas terem acesso à educação ela já é uma realidade, no entanto, ainda existem algumas escolas que não estão bem preparadas para trabalhar com os alunos especiais. Vivemos em um mundo democrático e a escola deve incluir todo mundo.

No dia 07 de janeiro de 2008, no Brasil, foi lançado A Política Nacional de Educação Especial. Este é um documento que resultou das ações de grupo de trabalho, integrado por pessoas notáveis da área da Educação Especial, impactando a organização e funcionamento dos serviços especializados para os alunos com deficiência. Esta política tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência e orienta os sistemas de ensino a garantir o acesso ao ensino regular, desde a educação infantil até a educação superior.

Para discutir a questão da acessibilidade no Brasil, é importante que antes de tudo percebamos de fato o que é acessibilidade. Quando pensamos no contexto de grandes cidades, acessibilidade é a possibilidade de pessoas com algum tipo de

deficiência ter condições de transitar assim como os demais indivíduos. É fundamental que percebamos que a acessibilidade é necessária para que possamos ter uma sociedade minimamente igualitária e que consiga oferecer oportunidades para os indivíduos independente de características físicas ou psicológicas.

É fundamental também que percebamos que a acessibilidade no Brasil é de extrema importância, mas que é comum que as leis, como a 13.146/2015- Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) não sejam cumpridos de fato, o que é um grande desafio para nós e para o país. Além disso, é muito comum que haja um grande preconceito com as pessoas que dependem da acessibilidade, muitos dos indivíduos consideram as pessoas que dependem dessa acessibilidade como indivíduos inferiores, o que manifesta com clareza uma atitude preconceituosa.

As pessoas que tem diversos tipos de deficiência, que pode ser a deficiência: visual, auditivas, motoras, físicas, até mesmo as pessoas que tem alguma mobilidade reduzida, precisam e necessitam que sejam feitas diversas modificações, para a sua inclusão social.

Assim como tem pessoas que lutam por uma sociedade mais inclusiva, dentro das escolas não é diferente, a questão da acessibilidade é muito precária dentro delas. Segundo a Lei de n °13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), no seu art. 53 diz que: “A acessibilidade é direito que garante à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social”.

As pessoas com deficiência têm muita dificuldade para ir aos lugares, isso porque há uma grande falta de acessibilidade. Como, por exemplo: prédios públicos não totalmente adaptados. O que falta é que as pessoas possam respeitar e reconhecer que os deficientes possuem os mesmos direitos na sociedade.

As escolas atualmente têm que desenvolver uma pedagogia centrada nas crianças, serem capazes de educar a todas. Tem que dá conta das diversidades e oferecer respostas à todas as suas características e necessidades.

Além de tudo, as pessoas com deficiência passam por barreiras todos os dias pela falta de acessibilidade. Isso acontece quando uma pessoa usuária de cadeira de rodas deseja ir fazer uma compra, mas a loja não possui uma rampa de acesso. A luta dessas pessoas por mais acessibilidade e inclusão é um desafio

constante. Mesmo com as existências de diversas leis, como exemplo, a lei de nº 10.098/2000 que dar normas e critérios para a promoção de acessibilidade.

Antes de tudo, precisamos saber a diferença entre inclusão e acessibilidade, é que, a inclusão é o conjunto de ações que combatem a exclusão da vida em sociedade causada pelas diferenças. A acessibilidade se refere ao acesso e condições dadas para as pessoas com algum tipo de deficiência, para a utilização com segurança nos espaços.

Foi a partir da Constituição Brasileira de 1988, que surgiu várias leis e normas mais específicas, que garantem a acessibilidade e a inclusão. A lei de cotas, publicada 1991 que tem como foco a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Nos anos de 2000 foi lançado a Lei nº 10.098 que estabelece:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação. (BRASIL, 2000, p.01)

Essa foi a primeira lei voltada totalmente a acessibilidade, no qual a visão é de quebrar as barreiras do dia a dia, seja ela urbanas, nos transportes e na comunicação, assegurando a autonomia e a oportunidade das pessoas com deficiência.

Em 2004, o decreto nº 5.296 que no seu capítulo III, vem falar das condições gerais da acessibilidade que:

Art. 8º Para os fins de acessibilidade, considera-se:

I - Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

II - Barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em:

a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes; e

d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de

mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação; (Decreto nº 5.296, 2004, p. 04)

O decreto nº5.296 reforçou as orientações previstas na Lei nº 10.098. Hoje em dia, uma das leis mais completas sobre a acessibilidade no Brasil é o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146), que diz:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015)

Por tanto, pode-se afirmar que para uma pessoa com qualquer tipo de deficiência, um lugar para ser acessível, ela precisa ser livre de barreiras e ter condições de acesso seguro aos lugares como qualquer outra pessoa. Esta lei acima é conhecida também como Lei Brasileira de Inclusão, foi aprovada em 2015, inspirada no protocolo da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A Lei Brasileira de Inclusão deixou também um legado importante para as legislações de acessibilidade de todo o mundo. É uma das leis de acessibilidade mais ampla da nossa constituição, e pode ser dividida em 3 partes, direitos fundamentais como: transportes, saúde, educação, garantir o acesso a comunicação, informação e por último, punir quem descumprir estes pontos.

Hoje, apesar destas leis de acessibilidade existirem a algum tempo, algumas organizações só passam a respeitar quando são cobradas de forma direta. Surge normas mais específicas relacionadas a determinadas áreas, na saúde: é exigida que as alterações nos planos de saúde sejam feitas com uma comunicação mais acessível e clara.

Na educação: o MEC busca promover a inclusão de estudantes com deficiência na Educação Básica, lançou a portaria nº 20, que exige que os ambientes físicos e digitais das universidades sejam mais acessíveis a todos. Fala também que cabe sempre as escolas se adaptarem as necessidades dos alunos e não as escolas se adaptarem aos padrões da escola.

No trânsito, pensando no processo mais inclusivo de habilitação para pessoa que tem uma deficiência auditiva, o conselho nacional de trânsito lançou uma resolução que obriga a presença de professores ou intérpretes que saibam a língua de sinais em todas as etapas do processo.

No trabalho, de acordo com o número de funcionários da empresa, existe uma cota de contratação exigida por lei de pessoas com deficiência.

A acessibilidade é um desafio para as pessoas com deficiência em todo o País. A legislação Brasileira sobre esse tema é excelente, mas ainda tem muitos lugares que não se prepararam a abrir as portas sem pensar na inclusão. Há uma grande falta de acessibilidade nos transportes, nos prédios públicos ou privados e principalmente nas ruas. Por isso, podemos afirmar que a inclusão só é feita se houver acessibilidade.

Até hoje existem escolas que delimita a escolarização somente como privilégio de um grupo, delimitação essa preconceituosa, que naturaliza o fracasso escolar. Os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões.

O atendimento educacional às pessoas com deficiência passa ser fundamentado pela Lei de nº. 4.024/61 (Diretrizes e Bases da Educação Nacional). No ano de 1973, é criado no MEC, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, que é uma gerência responsável pela educação especial no Brasil, e que, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação.

Em 1988, a Constituição Federal traz como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). No qual seria uma educação com o direito de todos e que garanta o pleno desenvolvimento da pessoa. A constituição estabelece também a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, que o Estado tem o pleno dever de ofertar o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.

A inclusão de pessoa com necessidades especiais nas escolas, foi um processo muito demorado e discutido entre as organizações no mundo todo. Hoje em dia as leis já estão aí para assegurar todo e quaisquer direitos. Porém, em relação a infraestrutura escolar, ainda está em processo nas maiorias das escolas, muitas ainda não são totalmente adequadas para receber alunos com algum tipo de

deficiência física. Sabemos que é um item muito importante para ser combatido nas escolas, mas sabemos também que não depende somente dela. Os governos Federais, Estaduais ou Municipais têm que botar os projetos em práticas, para que assim possamos ter instituições inclusivas.

Para projetar, adequar ou tornar as edificações acessíveis, não é apenas permitir que pessoas com deficiência tenham acesso a elas, mas que elas possam se sentir segura, confortável e sem limitações. Tem que assegurar a elas o pleno exercício dos seus direitos, direitos esses que ultrapassem as barreiras.

1.3 ACESSIBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA

A questão da realidade da acessibilidade e infraestrutura nas cidades, hoje em dia, só nos mostra o descompromisso dos governos com a ordenação dos espaços urbanos. Uma das principais preocupações dos administradores públicos é garantir os direitos previstos na Constituição.

O mundo tem que ter um olhar mais inclusivo e proativo, fazendo mudanças necessárias, eficazes e progressistas nas edificações, em prol de uma sociedade mais justa e humana.

Os espaços livres têm que garantir a plena acessibilidade em edificações públicas pelas pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida, garantido os direitos inerentes de acessibilidade, livre de barreiras e com possibilidades de qualquer pessoa ter condição do uso seguro das edificações, do mobiliário, dos equipamentos urbanos, dos transportes e dos meios de comunicação.

Para se ter no mínimo uma cidade mais inclusiva e democrática, é preciso que se dispense os espaços excludentes para determinados grupos da sociedade. É preciso fazer com que haja a necessidade de se voltar para as questões da acessibilidade, eliminando gradativamente as barreiras existentes.

Essas barreiras na acessibilidade dificultam, limitam e impedem o acesso, a locomoção, a percepção ou a utilização dos espaços por qualquer pessoa. Porém as mais prejudicadas são as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Essas barreiras são classificadas pelo Decreto Federal nº 5.296/04:

Art. 8º, Inciso I **a) barreiras urbanísticas:** as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;

b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar;

c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes;

d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação; (Decreto Federal, 2004, p.03)

Barreiras essas que trazem consequências e que geram impedimentos ou dificuldades na acessibilidade. Como mostra na classificação, é perceptível que não é as pessoas o problema, e sim, essas barreiras, seja elas físicas, tecnológicas e atitudinais.

As Barreiras Físicas são aquelas que são produzidas ou naturais, no interior de qualquer edificações e espaços urbanos; as Barreiras Tecnológicas são os obstáculos gerados por evolução social ou por avanços tecnológicos que limitam a acessibilidade aos espaços e nos aparelhos de comunicações; e as Barreiras Atitudinais são as que geram entraves causadas por atitudes de indivíduos, por desconhecimento ou despreparo, dificultando assim o manuseio e o livre deslocamento de pessoas com mobilidade reduzida em qualquer local.

As cidades devem ter a necessidade de estabelecer normas, padrões das vias públicas e sem esquecer o conceito de acessibilidade, para que assim esteja introduzido nestes padrões, garantindo a instalação do mobiliário urbano necessário para a comodidade pública, o fluxo de pessoas e de veículos. Destinada à circulação de pessoas e veículos, ela é delimitada entre calçadas, área de veículos e os canteiros.

Para que uma instituição se torne inclusiva e acessível a qualquer pessoa, ela tem que começar desde seu entorno, começando pelas calçadas, que devem possibilitar seu uso irrestrito, não apresentando obstáculos e pisos quebrados que dificultem a circulação.

Como integrante das vias públicas, as calçadas são espaços reservados destinado para à circulação de pessoas e implantação de mobiliário urbano. Elas devem ser encontradas normalmente em nível elevado em relação à faixa de rolamento de veículos.

Pela Lei Federal nº 9503, de 23 de setembro de 1997, a calçada é:

Parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário urbano, sinalização, vegetação e outros fins.

A calçada é um ponto essencial para a qualidade de vida em sociedade, no qual, faz com que as pessoas possam desfrutar dos espaços livremente e sem barreiras que os impeçam de fazer um simples passeio. O uso das calçadas deve respeitar os direitos de liberdade, o direito de ir e vir.

E o acesso a qualquer imóvel deve ser facilmente e segura para se transitar, assim, não pode utilizar barreiras que limitem ou provoquem a insegurança no uso da calçada.

O piso deve direcionar as pessoas com qualquer tipo de deficiência até o seu destino, usando assim pisos táteis e fazer a melhor escolha do material para se usar nas superfícies, para que haja uma melhor circulação das cadeiras de rodas, evitando, também uma pessoa idosa, gestante ou qualquer outra de tropeçar.

Os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê). (ABNT NBR 9050:2004)

Os pisos não devem dificultar ou impedir o livre acesso. Devem ter qualidade no seu material, deve ser regular, uniforme, firme, ter antiderrapantes, resistência, durabilidade, consistência, estética e algumas vantagens importantes referente à acessibilidade.

É muito importante entendermos que a textura de um piso é um elemento principal de orientação para as pessoas com deficiência visual. A sua cor também é de grande importância para os que possuem a baixa visão.

A questão da acessibilidade tem de ser trabalhada nas áreas como: as vagas para pessoa com deficiência, vaga para idoso, faixa de acesso às edificações (identificada em amarelo), guia de balizamento (mureta) e o piso tátil.

O estacionamento deve disponibilizar vagas especiais destinadas para pessoas com deficiência física e pessoas idosas, com sinalização vertical e horizontal.

O Decreto Federal no 5.296, 2 de dezembro de 2004 fala que:

Art. 25: Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou de uso coletivo, ou naqueles localizados nas vias públicas, serão reservados, pelo menos, dois por cento do total de vagas para veículos que transportem pessoa portadora de deficiência física ou visual definidas neste Decreto, sendo assegurada, no mínimo, uma vaga, em locais próximos à entrada principal ou ao elevador, de fácil acesso à circulação de pedestres, com especificações técnicas de desenho e traçado conforme o estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Muitas pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida que são conduzidas em veículos devem ter garantido a sua vaga no estacionamento dos veículos. Deve está garantindo o acesso em: hospitais, escolas, equipamentos de lazer e cultura, comércios ou em outros lugares que prestam serviços ao público.

Essas vagas devem respeitar o que é estabelecido no Código Brasileiro de Trânsito (Lei Federal nº 9.503/97) e também:

- a) ter sinalização horizontal e vertical indicando a existência de vagas exclusivas, sempre com a utilização do Símbolo Internacional de Acesso;
- b) vagas nas vias públicas devem estar, preferencialmente, nas extremidades da quadra (ou começo ou fim) para se diminuir a manobra do carro ou, então, o mais próximo possível a equipamentos geradores de atração, buscando-se reduzir o tempo de deslocamento;
- c) a exigência de selos ou outro mecanismo de indicação do indivíduo condutor ou conduzido que detém o direito de estacionamento será regida pelo órgão de trânsito municipal; recomenda-se o controle e, nos casos de vagas rotativas, com taxas municipais, deve-se lembrar a limitação na movimentação destas pessoas para propor situações justas ao tempo gasto no deslocamento;
- d) deve existir uma área de embarque/desembarque de no mínimo 1,20m além da dimensão da vaga, de pelo menos um dos lados, quando o estacionamento for a 45° ou 90° em relação ao meio-fio e, no final da vaga, quando esta for paralela à guia;
- e) as vagas devem estar vinculadas às rotas acessíveis e evitar a circulação entre veículos;
- f) em bolsões de estacionamento deve-se respeitar a seguinte proporção para o número de vagas exclusivas para veículos que conduzem ou são conduzidos por pessoas com deficiência.

As escadas e rampas devem ser facilmente identificados em sua área externa, com placas, totens ou outras formas de sinalização. Quando houver a necessidade de escadas, aplica-se a obrigatoriedade de rampas e tanto a escada, quanto as rampas devem possuir corrimãos. A sinalização deve ser visual e tátil, desde o começo até o final delas. Já no caso de haver elevadores e plataformas elevatórias, elas precisam ser identificadas por meio de números ou letras, símbolos e pictogramas.

A questão de inclusão começa desde o atendimento, que ao chegar a recepção, os balcões de atendimento devem possuir duas alturas, para atendimento

de pessoas em pé, bem como os de cadeira de rodas, os atendentes também devem ser capacitados para atendimento em Libras.

As salas de audiências, auditório, plenário, devem ser possíveis o acesso de todo e qualquer tipo de usuário autorizado, tanto para assistir como para trabalhar. É importante que seja possível a circulação em cadeira de rodas, deve ser garantida a acessibilidade plena a todo o ambiente.

As secretarias, gabinetes, assessorias, direção, e a administração devem ser acessíveis a todos os usuários, em todos os postos, para permitir a livre circulação, sejam elas servidores ou visitantes. Os mobiliários devem permitir o ajuste de altura das mesas, especialmente no caso de pessoa em cadeira de rodas.

Os sanitários devem ser acessíveis, tem que ter peça sanitária para atendimento a pessoas com deficiência, os lavatórios dos banheiros devem possuir espaço livre para aproximação com cadeira de rodas e devem ter barras de apoio.

Os refeitórios, devem ter mesas e cadeiras acessíveis, ser posicionadas dentro de uma rota acessível e ser facilmente identificáveis. Devem estar distribuídas por todo o espaço e permitir que uma pessoa em cadeira de rodas possa utilizar o móvel sem restrições. E por fim, as bibliotecas devem dispor de mobiliários, como mesas, cadeiras, terminas e circulações acessíveis. As circulações devem estar livres de obstáculos.

Um dos pontos mais importantes para se saber ou identificar a questão de acessibilidade é pelo Desenho Universal. É um conceito razoavelmente novo dentro da concepção de formação das cidades, utilizados em espaços ou objetos. Este desenho vai além do pensamento de eliminar as barreiras, mas vem tratar da questão de direitos igual a todos.

Desenho Universal é a concepção de espaços, artefatos e produtos que visam atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável, constituindo-se nos elementos ou soluções que compõem a acessibilidade. (Decreto Federal nº 5.296/04, Art. 8º, Inciso IX)

O Desenho Universal tem o objetivo de transformar uma cidade em um lugar mais democrático, com a proposta mais ampla que é atender uma gama muito maior de pessoas. Ele busca produzir uma edificação, um espaço ou um objeto que atendam a todos.

Além do desenho universal, existe o desenho acessível, no qual o seu conceito é de buscar desenvolver edificações, objetos ou espaços que sejam acessíveis às pessoas com mobilidade reduzida.

Existe também o Símbolo Internacional de Acesso, que pode ser reproduzido em madeira, adesivo, asfalto, plástico, metal, pintado, e gravados, para indicar a acessibilidade aos serviços, espaços, mobiliário, equipamentos urbanos e edificações em geral.

Aqui no Brasil, é adotado pela Lei Federal nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, e se torna obrigatória a colocação dos símbolos. Símbolos esses que servem também para as pessoas com deficiência visual e as pessoas com deficiência auditiva (surdez).

Porém, muitos desses direitos não são exercidos, as pessoas usuárias de cadeiras de rodas, com muletas, com deficiências visuais e auditivas de diversos níveis ou com deficiências mentais, sofrem com a mobilidade. É preciso que se eliminem as barreiras arquitetônicas.

2. METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo vem apresentar o percurso metodológico que foi usado para a construção deste trabalho, com mais especificidade e contribuições de cada um neste referido trabalho, com os resultados da pesquisa de trabalho de conclusão de curso.

2.1 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

De acordo com Andrade (2001, p.15), “cada pesquisa tem sua metodologia e exige técnicas específicas para a obtenção dos dados”. As metodologias devem ser de acordo com o projeto, com as alterações que pode aparecer durante a busca.

A palavra metodologia deriva da palavra método, no qual método é uma via onde se toma para a realização de algo para atingir um fim de um conhecimento. E então, metodologia é onde estuda os melhores métodos para ser praticados numa área, para a produção do conhecimento. A metodologia é uma forma de conduzir a pesquisa.

Segundo Minayo (2010, p. 46) “A metodologia é mais que uma descrição formal dos métodos e técnicas a serem utilizados, indica as conexões e a leitura operacional que o pesquisador fez do quadro teórico e de seus objetivos de estudos”.

Foi utilizado na pesquisa o enfoque descritivo que tem por objetivo descrever as características de uma população, de um fenômeno ou de uma experiência. Foi importante este enfoque, pois através desta obtive resultados de grande relevância para ter um embasamento concreto sobre o tema.

Segundo Gil (2002, p. 41) “Pesquisa de cunho descritivo é aquela que busca fazer “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou [...] o estabelecimento de relações entre variáveis”.

A pesquisa descritiva leva estudos que visam fazer o levantamento de determinadas características de um grupo, observar as opiniões e as crenças de uma determinada parte da população.

A Fenomenologia será usada neste projeto, pois, fenomenologia é o estudo de um conjunto de fenômenos, estuda como eles se manifestam, seja através do tempo ou do espaço. Ela estuda a essência das coisas e como são percebidas no mundo.

Para Antonio Chizzotti (2005, p.80):

A fenomenologia considera que a imersão no cotidiano e a familiaridade com as coisas tangíveis velam os fenômenos. É necessário ir além das manifestações imediatas para captá-los e desvelar o sentido oculto das impressões imediatas. O sujeito precisa ultrapassar as aparências para alcançar a essência dos fenômenos.

Por tanto, foi utilizado o método Dialético no qual possibilitou estudar o problema por todos os ângulos para analisar criticamente os fatos que serão abordados no decorrer do projeto.

Segundo Minayo (1993, p.24):

A dialética pessoal se propõe a abarcar o sistema de relações que constrói o modo de conhecimento exterior ao sujeito, mas também as representações sociais que traduzem o mundo dos significados. A dialética pensa a relação da quantidade como uma das qualidades dos fatos e fenômenos. Busca encontrar, na parte a compreensão e a relação com o todo e a interioridade e a realidade e a exterioridade como constituídas dos fenômenos.

A Pesquisa é um estudo sistemático, no qual é onde buscamos adquirir conhecimento de um determinado assunto. Ela é procedimento formal, no método reflexivo e constitui-se em conhecer a realidade ou para descobrir verdades.

Marconi e Lakatos (2010, p.157):

É um conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte; é a habilidade para usar esses preceitos ou normas, a parte prática. Toda ciência utilizada inúmera técnica na obtenção de seus propósitos.

Há vários tipos de técnicas de pesquisa, mas para compreender o objetivo deste projeto será utilizada a pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa bibliográfica é quando usamos materiais que já foram publicados, como livros, artigos e pesquisas tiradas da internet. A abordagem bibliográfica também tem a principal finalidade de direcionar o pesquisador (a) a entrar em contato direto com enciclopédias, documentos, artigos que ajude o mesmo a colher dados de fontes já pesquisadas, ou seja, que já são reconhecidas do domínio científico.

De acordo com Marconi e Lakatos (2010, p.166):

A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc. [...].

A fundamentação teórica é um suporte de grande importância, pois é nela que o acadêmico se ancora para obter total segurança ao se argumentar e mostrar os resultados obtidos durante a pesquisa.

A pesquisa de campo é de onde extraímos diretamente o fato que ocorre. No qual observamos os fatos e fenômenos exatamente como ocorrem. Segundo Marconi pesquisa de campo “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre elas”.

Para identificar os problemas no município, foi necessário ir a campo, observar alguns pontos da cidade, tomando total interesse, observar as faltas e falhas encontradas, na questão da infraestrutura e ao acesso para os deficientes. Os resultados obtidos foram devidamente comparados com a teoria que discutem a temática.

Os Instrumentos ou técnicas de coletas de dados que foram utilizadas neste projeto para a melhor compreensão, foram à observação, foram observados lugares e ruas do município, mas especificamente sendo observado se havia meios acessíveis, para a locomoção com segurança das pessoas com deficiência. As observações foram registradas em formas de fotografias/imagens.

Conforme Marconi e Lakatos (2010, p.172):

A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utilizar os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.

A pesquisa foi realizada na área urbana do Município de Benjamin Constant e na escola municipal com o codinome X.

Sendo observada instituições, calçadas, espaços públicos e uma escola, em específico, foram observados principalmente os acessos de acessibilidade a direitos as pessoas com necessidades especiais. Desta forma é um trabalho acadêmico que apresenta os resultados finais de uma pesquisa relevante e importante a todos nos.

Marconi e Lakatos (2009, p.45) ressalta:

O sujeito é a realidade a respeito da qual se deseja saber alguma coisa [...] é o universo de referência [...] pode ser constituída de objetos, fatos, fenômenos ou pessoas a cujo respeito faz – se o estudo com dois objetivos principais: ou de melhor apreende-los ou com intenção de agir sobre eles.

Através da pesquisa de campo, pude conseguir informações que me orientaram na pesquisa no decorrer do processo da temática sobre a acessibilidade municipal e escolar as pessoas com necessidades especiais no ensino básico do município de Benjamin Constant/AM.

2.2 O CAMPO DE PESQUISA

Figura 01- Mapa com a localização do município de Benjamin Constant- AM



Fonte: <https://www.google.com.br>

O município de Benjamin Constant, que também é conhecida pelo apelido: “Capital Cultural do Alto Solimões”, é um município brasileiro do estado do Amazonas, criado em 29 de janeiro de 1898, no governo de Fileto Pires Ferreira. Localizado na Região Norte do Brasil, com área de 8.793 km, sua população é de 44.873 habitantes. (IBGE, 2021)

O seu nome foi dado por sugestão do general Cândido Mariano Rondon, em homenagem ao general Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Por volta da década do século XVIII, no ano de 1750 já havia a aldeia jesuíta do Javari, nas margens do Rio Solimões, onde eram catequizados os índios Ticunas.

A sede desse município foi instalada no povoado de Remates de Males. Remates de Males teve um rápido crescimento, pois ficava localizada em um centro seringueiro. Como a borracha era bastante valorizada, pessoas de outras regiões vieram morar em Remates de Males, com isso a população de Benjamin Constant e outros povoados aumentou bastante.

Em 12 de outubro de 1904 o povoado passou a condição de vila. No dia 31 de março a vila Benjamin Constant foi elevada a categoria de cidade, no período de 1984 o município foi área de segurança nacional, por fazer fronteira com o Peru e Colômbia.

Ela limita-se da seguinte forma: com os municípios de Tabatinga, São Paulo de Olivença, Ipixuna, Eirunepé, Jutai, Atalaia do Norte e com o Peru.

O município possui supermercados, restaurantes, farmácias, danceterias, padarias bares, oficinas, instituições públicas, hospital, escolas, delegacia, igrejas,

Universidade etc. É composta pelos bairros: Umarizal, Javarizinho, Cohabam, Centro, Coimbra, Eduardo Braga, Cidade Nova, Colônia, Castanhal, Bom Jardim e Alonso Ipuchima.

No município à diversos festejos, como: o Carnaval de rua, com desfile do blocos em fevereiro; festas juninas escolares, com apresentação de danças típicas e quadrilhas por todas as escolas, em junho; festejo de São Francisco, com novenário com arraial, dia de São Francisco, 25 de setembro a 4 de outubro; festejo da padroeira do município “Nossa Senhora da Imaculada Conceição”, em 8 de Dezembro e o Festival Folclórico Benjaminense, que é o maior Festival do Alto Solimões, com a disputa entre o boi Corajoso e o Mangangá, em julho.

2.2.1 A escola “X”

A escola como campo de estágio é importante pois faz com que o indivíduo inicie uma atividade profissional, para ir adquirindo experiências e manter as portas profissionais sempre abertas. Faz com que possa ver a realidade de uma escola, vendo como funciona e o que falta para ter uma escola de qualidade. Quanto antes começarmos a pôr em prática nossas capacidades profissionais será melhor para o mercado de trabalho.

A educação escolar tem a tarefa de promover a apropriação de saberes, procedimentos, atitudes e valores por parte dos alunos, pela ação mediadora dos professores e pela organização e gestão da escola. A principal função social e pedagógica da escola é a de assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas, sociais e morais pelo seu empenho na dinamização do currículo, no desenvolvimento dos processos do pensar, na formação da cidadania participativa e na formação ética. (LIBÂNEO,2008 p.13)

A escola é fundamental para a construção do indivíduo, nela envolve todas as experiências contempladas, como os aspectos culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos. Ela possui objetivos e metas a serem desenvolvidas.

A Escola Municipal com o codinome “X”, fica localizada na Avenida 21 de abril, Centro, n. 110 – em Benjamin Constant/Amazonas. A instituição escolar foi fundada no ano de 1989.

Recebeu o seu nome em homenagem a um morador do bairro Umarizal, pela honrosa dedicação, amor, realizações e compromisso pelo trabalho. Em 14 de março de 2008, o Prefeito José Maria da Silva Júnior realizou a inauguração do

prédio como escola sob o Decreto de Criação nº. 013-A/GP-PMBC/08 de 14 de janeiro de 2008 em consideração a necessidade de atendimento aos bairros Umarizal e Javarizinho.

No ano de 2013 a escola atendeu 08 turmas do ensino fundamental I no Anexo “Casa da Mãe Gestante”. A escola funciona no turno matutino, vespertinos e noturno, atende um total de 28 turmas nas modalidades do ensino fundamental I, II e EJA (Educação de Jovens e Adultos).

A Escola “X”, possui um prédio de dois andares. Sua estrutura física contempla: Salas de aula-10; Salas de aula (anexo) - 03; Sala dos professores-01; secretaria-01; sala de gestão-01; sala da coordenação pedagógica-01; cozinha-01; despensa-01; almoxarifado-01; banheiros-06; pátio-01; quadra esportiva-01; corredores-02; total de dependências- 31.

O quantitativo de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados no ano de 2015, eram de 07 (sete) alunos. Em 2016 também eram de 07 (sete) alunos. Com deficiências: física, visual e mental.

Durante a análise do PPP, constatei que a escola tem seu número de profissionais no ano de 2015 eram de 39. É de funcionários administrativos no ano de 2016 eram de 53 funcionários.

Em questão de alunos com necessidade especiais, no PPP da escola, na p.54, que trás o ponto de METAS e PLANOS DE ATIVIDADE, diz que: “ dar atendimento quanto à acessibilidade aos alunos com necessidades especiais, por meio de aulas inclusivas, material didático apropriado, sala de recursos com profissionais especializados com ambiente escolar adaptados à necessidades especiais”. E das PRIORIDADES, na p.55, diz que: “adaptação de rampas, banheiros, portas, livros em braile, capacitação de professores para atender a clientela com necessidades especiais”.

A escola é inclusiva e atende de forma regular a comunidade, porém, não tem a sua estrutura física adequada para uma pessoa com deficiência física e falta recursos didáticos.

No que diz respeito à gestão, ela adota um estilo democrático proporcionando a participação de toda a comunidade escolar no contexto educacional.

3. A ACESSIBILIDADE URBANA E ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT

Neste capítulo objetiva-se apresentar os resultados da pesquisa desenvolvida com o objetivo de identificar a acessibilidade para as pessoas com deficiência quanto a infraestrutura municipal das ruas, calçadas, logradouros públicos e prédios públicos sejam eles municipal, estadual ou federal, bem como a infraestrutura educacional da Escola com o condinome X, que redundaram na coleta, sistematização e categorização de dados, sua análise e discussão dos resultados a luz do referencial teórico.

3.1 DIREITOS DE ACESSIBILIDADE AS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT/AM

O Município de Benjamin Constant, dispõe a Lei Municipal nº 1.319, de 16 de março de 2021, que fala sobre a Política Pública de Assistência Social do Município e dá outras providências.

Aprovado pela Câmara Municipal e pelo prefeito do município, é aprovado que:

Art. 2ºA Política de Assistência Social do município de Benjamin Constant tem por objetivos: I - A proteção social que visa à garantia da vida, da redução de danos e da prevenção da incidência de riscos, especialmente: A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; O amparo às crianças e aos adolescentes em situações de vulnerabilidades e riscos sociais; A promoção da inserção ao mercado de trabalho; A habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária. I - A vigilância sócio assistencial que visa analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; II - A defesa de direitos que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões sócio assistenciais;(Lei Municipal nº 1.319, 2021, p. 01)

A partir dessa assistência social, vemos que é assegurada a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência, promovendo a sua integração à vida social. Por esta política, também é garantido o respeito à dignidade, a autonomia e o seus direitos à benfeitorias e serviços de qualidade, como, à convivência familiar e comunitária. Os cidadãos têm a igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza.

Art. 9ºA Proteção Social Básica compõe-se precipuamente dos seguintes serviços sociais assistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Sociais assistenciais e nas resoluções oriundas do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos: I - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF; II - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV; III - Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas; ;(Lei Municipal nº 1.319, 2021, p. 03)

O Município de Benjamin Constant- AM tem um sistema único de proteção assistencial social, que é o PSB- conhecido como “Proteção Social Básica”, é um conjunto de serviços, projetos e benefícios que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social.

Art. 10A Proteção Social Especial ofertará precipuamente os seguintes serviços sociais assistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Sociais assistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos: I - Proteção Social Especial de Média Complexidade: a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos –PAEFI; b) Serviço Especializado de Abordagem Social; c) Serviço de Proteção Social à Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade; d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua; (Lei Municipal nº 1.319, 2021, p. 04)

E o PSE- conhecido como “Proteção Social Especial”, que também é um conjunto de serviços, que tem como finalidade contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários.

Duas Unidades Públicas Estatais designadas no Município de Benjamin Constant é o CRAS (Centro de Referência de Assistencial Social), e o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistencial Social). O CRAS é a unidade assistencial que prioriza as pessoas com vulnerabilidade social, no qual é oferecido serviço com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e a comunidade. O CREAS é a unidade pública, destinada à prestação de serviços à indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, tendo os seus direitos violados. Essas unidades públicas possuem um trabalho social essencial.

A conferência municipal de assistência social tem interesse máximo de debater, formular e de avaliar as políticas públicas de assistência social, para assim definir diretrizes para o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social. Porém tudo isso com a participação de representantes do governo e da sociedade.

Na questão da acessibilidade, no art. 26 da Conferência Municipal, é observado a: “garantia da diversidade dos sujeitos participantes, inclusive da acessibilidade às pessoas com deficiência (PCD)”. Portanto deve ser ressaltado que a assistência social tem relevância em observar e dar condições de acessibilidade aos deficientes, porém não depende somente do trabalho deles, mas sim de todo um conjunto de assistência, como o mais importante, a participação do governo.

Acessibilidade é garantir a todas as pessoas o direito de utilizar espaços, as construções, os equipamentos urbanos, os mobiliários, os transportes e os meios de comunicação (livros, rádio, TV, internet) com segurança e autonomia”. (BRASIL, 2008, pg. 57)

Tornou-se necessário frente às situações observadas conhecer como vem se processando a implantação da acessibilidade no município e na escola, pois é através dela, que há uma possibilidade de inclusão social de pessoas, independentemente das condições físicas e econômicas. Assim, dando a oportunidade de usufruírem dos seus direitos e deveres com total autonomia e possibilitando dar oportunidades a todos os cidadãos.

A questão da infraestrutura é uma questão paradigmática que promove reflexões, debates, discussões em diferentes espaços, na perspectiva de solucionar ou amenizar esses problemas no município. Porém, sabemos que não é um problema fácil de se resolver, pois vai muito além do que se imagina. Precisa-se que os órgãos reflitam e tomem iniciativas as políticas de inclusão. Pois é dever da Administração Pública cuidar e garantir que os acessos aos imóveis sejam possíveis, seja ela por meio de transportes públicos, que ao um cadeirante entrar em um ônibus ele não precise ser carregado, ir a banheiros públicos ou privados com facilidade.

As edificações têm que projetar, adequar e tornar-se, a acessibilidade de maneira segura, confortável e sem limitações, fazendo assim, permitir que as

peças com deficiência tenham acesso a elas. Assegurando o pleno exercício dos seus direitos básicos. Grandes mudanças ainda são necessárias, mudanças essas eficazes e progressivas em instituições, em prol de uma sociedade mais justa e humana.

As pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida têm os seus direitos inerentes de usufruir dos espaços, assim como todos os cidadãos. A Lei Brasileira de Inclusão garante os direitos às pessoas com deficiência e prevê punições para atos discriminatórios, assim, considerando discriminação a recusa ou omissão em proceder a adaptações razoáveis.

Não podemos deixar de falar sobre as sinalizações de acessibilidade, essas são muito importantes em qualquer lugar. As instituições, equipamentos e espaços, precisam de equipamentos e a identificação da existência de elementos acessíveis, para as pessoas especiais ou com mobilidade reduzida.

Essas sinalizações devem ser representadas por símbolos internacionais de acesso. Devem ser fixados em locais visíveis, principalmente em: entradas, saídas de emergências, rampas, estacionamentos, sanitários, entre outros.

Abaixo, na figura (02) vemos alguns dos símbolos internacionais de acessibilidade:

Figura 02- Símbolos internacionais



Fonte: <https://www.google.com.br>

Estes símbolos favorecem o comportamento integral, visto que é destinada a acolher todos os usuários em potencial, promovendo sua segurança e autonomia.

A construção de edificações públicas deve garantir ao público acesso ao seu interior, sem nenhum tipo de barreiras ou obstáculos que impeçam a sua acessibilidade.

Para realizar a Avaliação foram realizadas visitas para o levantamento, sendo utilizado o método de observação para obtenção de material fotográfico, uma vez que, pudesse ser feita a análise da acessibilidade no espaço físico do município e da escola.

A vida é cheia de obstáculos, isso todo mundo sabe, mas muita gente não sabe que muitos desses obstáculos do dia-a-dia poderiam ser evitados se as pessoas estivessem ligadas na palavra ACESSIBILIDADE.

Acessibilidade é tornar o mundo acessível, fazer com que todo mundo possa ir e vir com segurança e autonomia são o direito de usar os espaços e serviços que a cidade oferece independente da capacidade de cada um. Parece obvio. Mas na prática, exercer o direito de acessibilidade é bem complicado.

Será que o problema é dos usuários de cadeira de rodas? De quem não consegue subir numa calçada por que não tem rampas ou porque um carro estacionou na frente dela? Obviamente que não, O problema é da sociedade que não adequa os espaços físicos para eliminar as barreiras que impedem os usuários de cadeira de roda a trafegar tranquilamente ao local que pretendia chegar. Acessibilidade, é dar alternativas como um simples caminhar ou subir uma escada com segurança.

No mundo, existe diferenças e precisamos de um mundo onde o que é necessário, como, um simples caminhar pelas ruas esteja ao alcance de todos, onde as pessoas com algum tipo de deficiência, não encontre barreiras dificultando o seu caminhar, e que as estruturas dos locais sejam acessíveis a todos. Seja em limitações temporárias ou definitivas. Todas as pessoas com deficiência ou com alguma mobilidade reduzida, em algum momento da vida vai precisar de acessibilidade, seja nas ruas, nas escolas, em seu local de trabalho, dentre outros lugares. Por fim, acessibilidade é conviver com as diferenças.

O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, o CONADE, promove uma campanha pela acessibilidade por todo o Brasil. O objetivo dela é estimular o diálogo entre a sociedade civil e os governos municipais, estadual e federal, para a implantação de políticas que promove a acessibilidade.

Os cidadãos têm que exigir do seu prefeito, pois é um direito. Exigir também das empresas, transportes público, do poder executivo, legislativo e judiciário. Seja nos lugares onde moramos ou passamos. Onde vivemos pode ser diferente. E torna-lo acessível é um compromisso de todos. O indivíduo que tem deficiência, não

significa necessariamente que seja incapaz, sendo que a incapacidade pode ser minimizada se houver acesso no meio em que vive, fazendo com ele se sinta incluído na sociedade sem nenhum preconceito.

A falta de infraestrutura para pessoas com deficiência física é claramente percebida nas fotos que vem ser mostrada, a partir da página 41 do trabalho. O município precisa de muitas melhorias. Por exemplo: não há rampas para quem anda de cadeiras de rodas, na maioria dos lugares mostrados.

Para um deficiente visual, seria muito dificultoso visitar alguns pontos do município, pela falta de acessibilidade e estrutura para pessoas com deficiência. Obviamente ele teria que ter sempre um acompanhante ao seu lado.

Para começar, mostro aqui o porto do município e a catraia, que são pontos bastantes utilizado pelas pessoas que chegam na cidade, pelas vias fluviais.

Figura 03- Passarela de madeira



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2021.

Nesta figura acima vemos uma passarela de madeira que é feita durante a seca do rio, passarela essa que leva até a “catraia”, que é um meio de transporte fluvial que as pessoas usam para ir até os municípios mais próximos.

Ao analisar a figura (03) evidenciamos que não é adequada para as pessoas que são “ditas normais”, quanto mais para uma pessoa com deficiência. As pessoas sem deficiência passam com muita dificuldade e as que possuem uma mobilidade reduzida, baixa visão, deficiência física, dentre outras deficiências. A passarela não é adaptável, podendo assim até causar acidente, pelo fato de não haver em toda ela corrimãos e nem rampas.

Figura 04- Porto do município



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2021.

A figura (04) nos mostra o caminho de acesso ao porto do município, pode ser percebível que não há calçadas, corrimãos, piso tátil e que o acesso só é possível por esta rampa enorme, por ela há muito o tráfego de transportes grandes, pelo fato de grande parte das mercadorias chegarem somente de barco.

Algumas das principais ruas do município não têm calçadas e quando tem muitas estão quebradas, não tem piso tátil e tem muitos obstáculos como degraus ou porte. Segui as fotos abaixo:

Figura 05- Rua Frei Ludovico



Fonte: SOUZA, Josenildo Santos de. Benjamin Constant/AM, 2021.

Rua que dá acesso a alguns edifícios principais, como: um ginásio, o bumbódromo e a prefeitura do município. É possível ver as gramas tomando conta de uma boa parte da calçada, impossibilitando o acesso seguro por exemplo, a uma pessoa com deficiência visual. As calçadas podem ser grandes aliadas ou podem se tornar uma inimiga da pessoa com deficiência. Isso por que uma calçada mal estruturada se transforma uma verdadeira armadilha. O piso tátil é muito importante, mas é preciso ir além.

Figura 06- Trecho da Avenida 21 de Abril no centro da cidade



Fonte: SOUZA, Josenildo Santos de. Benjamin Constant/AM, 2021.

É perceptível a falta de manutenção nas calçadas, no qual impede de forma segura a circulação das pessoas que possuem dificuldades na locomoção.

A mobilidade inclusiva é dar formas eficientes e eficazes, para o uso do solo, dos transportes públicos e do deslocamento. É importante que a mobilidade seja uma condição básica para o convívio humano e para uma boa qualidade de vida.

Figura 07- Rua 1º de maio e trecho da rua Aluízio Ataíde



Fonte: SOUZA, Josenildo Santos de. Benjamin Constant/AM, 2021.

As calçadas devem ser um local muito valorizado, para que assim as pessoas possam transitar com segurança e ter uma acessibilidade segura e respeitada, facilitando o passeio público e as transposições de um lado para outro da via. Conforme o Decreto de nº 5.296/2004:

Art. 15. No planejamento e na urbanização das vias, praças, dos logradouros, parques e demais espaços de uso público, deverão ser cumpridas as exigências dispostas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

§ 1º Incluem-se na condição estabelecida no caput:

- I - A construção de calçadas para circulação de pedestres ou a adaptação de situações consolidadas;
- II - O rebaixamento de calçadas com rampa acessível ou elevação da via para travessia de pedestre em nível; e
- III - a instalação de piso tátil direcional e de alerta.

Figura 08- Trecho da rua primeiro de Maio



Fonte: SOUZA, Josenildo Santos de. Benjamin Constant/AM, 2021.

Na figura (08), vemos obras na calçada, motos e desníveis nas calçadas, o que dificulta a caminhada pelas calçadas, são obstáculos recorrente e características como: veículos estacionados de modo irregular, falta de sombreamento, falta de sinalização, principalmente sonora e tátil e a presença de materiais e entulhos de obras nas calçadas. Uma via pública que respeite a legislação de acessibilidade pode ser observada e tomada como exemplo a figura (09).

Figura 09- Via com demarcação da faixa de rolamento para veículos automotores, ciclovia, Calçadão com área de pedestre e área destinada à implantação do mobiliário urbano.



Fonte: Construindo a Cidade Acessível, 2006, p. 52.

Como pode ser visto na figura 09 as calçadas, devem possibilitar o acesso de todas as pessoas, de forma segura e autônoma. Devem ter a via dos veículos, a

calçada para pedestre e os mobiliários também precisam do seu espaço, para que não impossibilite a passagem dos pedestres.

Figura 10- Trecho da Av. Castelo Branco



Fonte: SOUZA, Josenildo Santos de. Benjamin Constant/AM, 2021.

Vemos na figura 10, que um usuário de cadeira de rodas, teria que se deslocar pela rua, dividindo assim a pista com os veículos, porque nestas ruas não tem calçadas, tornando o passeio público inacessíveis.

Figura 11- Semáforo do Município



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2021.

Faixa de travessia de passeio ao público, facilitando o deslocamento de pessoas, mas com o erro e ter bueiros abertos, dificultando por exemplo um cadeirante de fazer a travessia. Para uma pessoa com deficiência visual seria necessário a aplicação de sinais sonoros.

O bom exemplo de faixa de travessia:

Figura 12 - Botoeira de acionamento do temporizador para a travessia.



Fonte: CONSTRUINDO A CIDADE ACESSÍVEL, 2006.

Figura 13- Faixa de travessia elevada ao nível do passeio público



Fonte: CONSTRUINDO A CIDADE ACESSÍVEL, 2006.

Como podemos ver nas figuras acima (12 e 13), para que uma faixa de travessia seja totalmente acessível, ela precisa atender as necessidades de todo o seu público, desde o deficiente físico, visual, cadeirantes e os com alguma mobilidade reduzida. Essa faixa deve garantir a segurança dos pedestres durante toda a sua travessia nas vias públicas.

Na figura abaixo vemos a quadra esportiva do município, onde é perceptível uma falsa acessibilidade devida o improviso de uma rampa não fixa.

Figura 14- Quadra Poliesportiva do município



Fonte: SOUZA, Josenildo Santos de. Benjamin Constant/AM, 2021.

Andar pelas ruas não é fácil, vimos que há muitos buracos, degraus, subidas e descidas. Se até para uma pessoa “dita normal” é difícil de caminhar é, imagine agora para um deficiente físico, visual ou até mesmo os idosos.

Ruas esburacadas, rampas destruídas e calçadas pequenas. Para as pessoas sem deficiência ou que aparentemente não apresentam deficiência pode ser uma situação rotineira normal, mas para as pessoas com algum tipo de deficiência a locomoção pode ser um grande problema.

Andando pelos bairros é possível perceber que não há nenhuma adaptação nas ruas que sejam projetos para portadores de deficiência.

As sequencias de fotos abaixo, mostra trechos de acesso aos principais pontos do município, como: postos, creche, ginásio, escolas, prefeitura, cartório, biblioteca, câmara, conselho tutelar, fórum e a praça.

Figura 15- Praça principal do Município



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2021.

Na figura (15) vemos que há a falta de manutenção do piso da via e que há degraus mais elevados dificultando a circulação de qualquer pessoa com mobilidade reduzida.

Figura 16- Mercados Municipal



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2021.

Na figura acima (16), é perceptível os desníveis nas calçadas, no qual dificultaria muito o acesso de uma pessoa com deficiência motora ou visual.

Figura 17- Postos de Saúde



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2021.

É muito comum irmos em lugares e vermos algumas rampas, mas que algumas delas não são tão acessíveis. Na fotografia acima vemos duas rampas, na qual, por exemplo, seria difícil um cadeirante utilizá-la. E um dos pontos importante das rampas, é o corrimão, é o que permite e dar mais segurança para as pessoas que usam.

Figura 18- Conselho Tutelar



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2021.

Na figura 18, o desnível das áreas de circulação é visível. Isso é um dos erros mais comuns, concepções que entendem que estão corretos e, por questões de centímetros ou de poucos ângulos, acabam por produzindo uma situação intransitável.

Conforme estabelecido pelo Decreto de nº 5.296 /2004:

Art. 20. Na ampliação ou reforma das edificações de uso público ou de uso coletivo, os desníveis das áreas de circulação internas ou externas serão transpostos por meio de rampa ou equipamento eletromecânico de deslocamento vertical, quando não for possível outro acesso mais cômodo para pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Todo isso deve-se ser trabalhado e aplicado com o conhecimento das proporções humanas, focando na limitação de cada indivíduo. A partir de um estudo do bem-estar, das diversas formas de limitações na mobilidade, procurando conhecer os padrões antropométricos e os espaços de quem necessita se locomover e utilizar estes espaços.

Figura 19- Trecho da av. Castelo branco e rua Frei Ludovico



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2021.

Um passeio nas ruas públicas, com calçadas estreitas e quebradas, se tornaria muito dificultoso e não suportaria a passagem de uma cadeira de rodas.

É perceptível que muitos desses lugares observados não têm um acesso adaptável. Uns tem as rampas, o que é acessível, mas muitos lugares têm degraus, calcadas quebradas, escadas sem corrimãos, sem um piso tátil e sem vagas de estacionamento que também é essencial.

São muitos os obstáculos que dificultam, limitam e impedem o acesso e a locomoção nesses espaços por qualquer pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida de se locomoverem nos espaços de uso comum da cidade, com autonomia e segurança.

Alguém com a mobilidade reduzida, que precisasse ir na feira, no posto ou até mesmo dar uma volta na praça com certeza sentiria uma grande dificuldade, principalmente se estivesse sozinho.

Figura 20- Trecho da rua Frei Ludovico e rua Castelo Branco



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2021.

Vemos no lado esquerdo da figura há existência de calçadas, porém ela não se estende em toda a rua, somente em uma parte. Na imagem da direita vemos que nem calçada tem.

Essas duas situações causam uma grande desvantagem na independência de uma pessoa com a deficiência física, impedindo o indivíduo de exercer suas ações com segurança e fazendo com que sempre necessite de ajuda para a sua locomoção. Além disso, essa desvantagem acaba pondo em desvantagens todos os indivíduos que utilizam esse espaço, impedido de alguma forma de exercer alguma ação.

Figura 21- Frente da câmara municipal



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2021.

Vemos na figura (21), um prédio no qual o seu acesso é por uma rampa, sinalizada com o símbolo de acessibilidade e com corrimão.

Exemplo de rampa:

Figura 22- Rampa de acesso a biblioteca de uso público com inclinação correta conforme ABNT NBR 9050:2004.



Fonte: CONSTRUINDO A CIDADE ACESSÍVEL, 2006, P. 68.

As rampas servem para dar acessibilidade e permitir que as pessoas com deficiência tenham acesso aos lugares de forma mais segura, principalmente aos cadeirantes.

Figura 23- Vagas de estacionamento exclusivo



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2021.

Na figura a cima vemos que no estacionamento da instituição às vagas prioritárias e uma pequena rampa de acessibilidade. Os estacionamentos devem ser garantidos e dar a possibilidade de acesso em: hospitais, escolas, prédios, parques, entre outros lugares públicos. Devem também respeitar as sinalizações e ter o símbolo internacional de acesso. A figura a seguir nos mostra um exemplo de estacionamento para pessoas com deficiência:

Figura 24- Estacionamento para pessoa com deficiência



Fonte: <https://www.google.com.br>

O Decreto Federal de nº 5.296/2004, diz que:

Art. 25: Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou de uso coletivo, ou naqueles localizados nas vias públicas, serão reservados, pelo menos, dois por cento do total de vagas para veículos que transportem pessoa portadora de deficiência física ou visual definidas neste Decreto, sendo assegurada, no mínimo, uma vaga, em locais próximos à

entrada principal ou ao elevador, de fácil acesso à circulação de pedestres, com especificações técnicas de desenho e traçado conforme o estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Uma das barreiras mais encontradas no estacionamento e que pode gerar outras formas de inadequação em relação a acessibilidade, é causado pela atitude das pessoas, que mesmo vendo o símbolo de acesso prioritário, insistem em estacionar na vaga. Para isso, há a necessidade de uma fiscalização constante contra as pessoas que estacionam indevidamente e que impedem a utilização da vaga reservada.

Para uma boa acessibilidade às pessoas com deficiência, as infraestruturas devem ter adaptações nos seus espaços físicos. Os prédios públicos e institucionais têm que haver pelo menos uma vaga de estacionamento e identificada adequadamente. Também tem que ser construídas rampas com corrimãos, e onde for necessário elevador. Dentro de cada instituição, tem que haver banheiros adaptados, com barras de apoio nas portas e parede e espaços físicos adequados para a locomoção.

É indispensável que o município possua lugares adaptados, mas essencial garantir que todos os que necessitam possam usufruir bem desses lugares. Qualquer deficiência deve ser considerada quando pensamos em Acessibilidade.

E para garantir a eles o total acesso é preciso de: rampas, calçadas de boa qualidade, banheiros adaptados, pisos táteis, assentos de preferência, área para cadeira de rodas, informações em Braille e as rampas.

3.2 A Infraestrutura Escolar

Quando falamos em infraestrutura escolar, estamos falando em: energia elétrica, abastecimento de água, banheiros, espaços de lazer, laboratórios, bibliotecas, e bem como a acessibilidade para pessoas com deficiência, ou seja, a infraestrutura engloba toda as instalações de uma escola.

É um assunto de suma importância, para a garantia do direito de aprender de todas as crianças, jovens e adultos. Muita gente, às vezes, ainda tem uma ideia de que uma boa educação pode ser feita apenas com um bom professor, ideia essa que não se sustenta na realidade.

Os gestores das escolas, também devem fazer sua parte na questão de inclusão e acessibilidade. Eles são uns dos principais responsáveis pelas ações de promover o desenvolvimento de educação inclusiva, aceitando a diversidade, ofertando uma educação de qualidade e fazer mudanças arquitetônicas, pedagógicas e atitudinais. Porém é notório que alguns não sabem desenvolver ações para o desenvolvimento de adequações dos espaços escolas ou necessitam de auxílios.

Sabemos que a infraestrutura é cara, mas é algo necessário para melhorar o aprendizado. Porém, isso apenas não basta, o que conta também é a postura dos professores, eles precisam também de investimento em formação específica na área, têm que acreditar mais que são capazes de transformar a realidade dos alunos, e que tudo isso pode fazer a diferença na educação.

A infraestrutura não se restringe somente as salas de aulas, bibliotecas, ou a quadra de esporte, mas também nas áreas de convivência, como: pátios, parques e até mesmo as brinquedotecas. Além disso, deve ser considerado a manutenção e limpezas de todos esses ambientes, além de salas de aulas confortáveis e com mobiliarias adequadas.

A escola é responsável pela inclusão de todas as pessoas. Se a escola não garante ao aluno acessibilidade e preparo, ela deve se adaptar. A escola tem que ter equipamentos e material escolar que permitam o acesso a informação e à comunicação, para que possa atender às necessidades específicas de todos os alunos. Existe a lei número 7.853/1989 que garante isto. (BRASIL, 2008, p. 60).

A infraestrutura pode influenciar muito no aprendizado, um ambiente bem iluminado, ventilado e acessível, faz toda diferença no desempenho dos alunos.

Entretanto, foi observada que a escola não foi totalmente planejada visando atender a todos, e apesar de algumas adequações na infraestrutura física, muito ainda precisa ser feito para ser uma escola de qualidade e totalmente adequada para receber alunos com algum tipo de deficiência.

A observação semidirigida ocorreu na Escola com o codinome x, que por parte, o objetivo foi observar alguns traços da infraestrutura que me interessavam. Itens de análise como: sinalizações, percursos livres de obstáculos, o piso, banheiros, iluminações, entre outros itens.

Primeiramente para um bom entendimento, vamos saber o que é acessibilidade:

I - Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; (Decreto nº 5.296, 2004, p. 03)

Esta condição de acessibilidade da ABNT, nos mostra que, é preciso adequar esses espaços para torná-los mais acessíveis, assim, garantido acessibilidade para as pessoas com deficiência. Isto tudo, pode realmente mudar o ambiente escolar, tornando-o um lugar acessível e conseqüentemente acolhedor.

A acessibilidade que deve ser garantida não somente aos cadeirantes, mas a qualquer pessoa com deficiência, ou seja, aquela pessoa tem um impedimento ao longo prazo de natureza física, mental, intelectual e sensorial, as escolas devem ser acessíveis, elas devem permitir que não só os alunos, mas também os pais, os servidores, os professores, quaisquer pessoas que utilizem e que possuem alguma deficiência, tenham a possibilidade de condição de uso com segurança.

Sabemos que a inclusão estar sempre em um movimento de luta pelas pessoas com necessidades especiais e pelos seus familiares nas buscas por direitos na sociedade. Dentro da escola não é diferente.

Quando falamos em educação no âmbito escolar, nos referimos a criar possibilidades de participação e aprendizado para todos os estudantes, independentemente de haver uma alguma condição social, pessoal, cultural ou alguma deficiência. A inclusão deve acontecer no ambiente escolar, uma mudança de cultura, por que nós somos formatados desde o princípio a trabalharmos com as normalidades, com o padrão normal, mesmo sendo respaldado pela Constituição, pelo ECA e pelo PNE, que tem como meta a questão da inclusão, se as pessoas não mudarem essa cultura de padronização, a inclusão não acontece. Então, obviamente o primeiro passo seria quebrar este paradigma.

Os referenciais teóricos são incluídos e como são elementos importantes, foi usado bastante, pois trazem contribuições para viabilização da análise das políticas de educação inclusiva.

Nestas perspectivas, para compreendermos essas necessidades, as análises realizadas, segue a baixo uma sequência de fotos, retiradas da escola X:

Figura 25- Avenida 21 de Abril



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2021.

Na figura (25), podemos ver a rua que dar acesso à uma escola, rua essa que tem relação direto com o fluxo de carros, motos e pedestres. Tem uma faixa de pedestre no nível de calçada, mas não a rampas de acesso na entrada. O uso de rampas possibilita o percurso de pessoas com deficiências, principalmente as usuárias de cadeiras de rodas.

O Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: O direito à escola acessível, (2009, p.33). Dá propostas de soluções de como a rua em frente à escola deve ser:

Figura 26- Entrada da Escola



Fonte: MANUAL DE ACESSIBILIDADE ESPACIAL PARA ESCOLAS: O DIREITO À ESCOLA ACESSÍVEL

1- Na rua em frente à escola, há faixa de segurança e semáforo para pedestre.2- A calçada está rebaixada junto à faixa de pedestre.3- O portal de entrada da escola é facilmente identificado, desde a calçada, por possuir cor contrastante com a do muro e o nome da escola em letras grandes.4- A calçada que contorna os muros da escola é plana e sua pavimentação é regular.5- Os obstáculos estão sinalizados com piso tátil de alerta e localizados fora da faixa livre para circulação.6- A parada de ônibus está próxima à entrada da escola.7- O piso tátil direcional indica o percurso desde as paradas de ônibus até o portão da escola.8- Existe uma área de

embarque e desembarque próxima ao portão da escola. É desejável que nesta área também caiba um ônibus.

A entrada da escola, tem um pátio e um pequeno estacionamento, espaço desocupado usado por professores, funcionários e até mesmo pelos alunos.

Através deste pátio é que dá acesso ao restante da escola. A escola se divide em 2 pavimentos, ao entrar na escola, na parte de baixo, vemos o corredor onde fica as salas da: secretária, sala dos professores, salas, a cozinha e os banheiros.

Figura 27- Corredor do 1º piso



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2021.

Nesse corredor é onde fica as salas citadas logo em cima, todas as salas são ventiladas por janelas, a mobília escolar em si, e é de tamanho padrão. Segundo o Gestor da escola, no momento a escola estar sem a sala de recursos pedagógicos, a biblioteca e sem o refeitório. O Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: O direito à escola acessível, (2009, p.39), também dar as suas Propostas, sobre os corredores:

Figura 28- Corredor Escolar



Fonte: MANUAL DE ACESSIBILIDADE ESPACIAL PARA ESCOLAS: O DIREITO À ESCOLA ACESSÍVEL, 2009.

1- Os corredores possuem largura suficiente para a quantidade de pessoas que os utilizam. 2- Há reentrâncias nas paredes para abrigar bebedouros ou outros equipamentos/mobiliários, a fim de não atrapalhar a circulação.3- A altura do bebedouro permite a aproximação de uma cadeira de rodas e o uso por pessoas com baixa estatura.4- As portas são coloridas, destacando-se da cor das paredes.5- As portas são largas, possuem visor e maçanetas em forma de alavanca, em altura confortável.6- A sinalização das portas é em letras grandes e contrastantes.7- Existe, ao lado das portas e na altura das mãos, sinalização em Braille.8- O rodapé é largo e em cor contrastante com o piso.9- O piso é antiderrapante, regular e está em boas condições.10- Placa indica a saída e outras direções importantes.

Figura 29- Banheiro feminino



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2021.

Figura 30- Banheiro Masculino



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2021.

As figuras 29 e 30 mostram que haveria a impossibilidade de passagens dos usuários de cadeiras de rodas. Das condições específicas que o Decreto nº 5.296/2004 devem dispostos sanitários acessíveis destinados ao uso por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

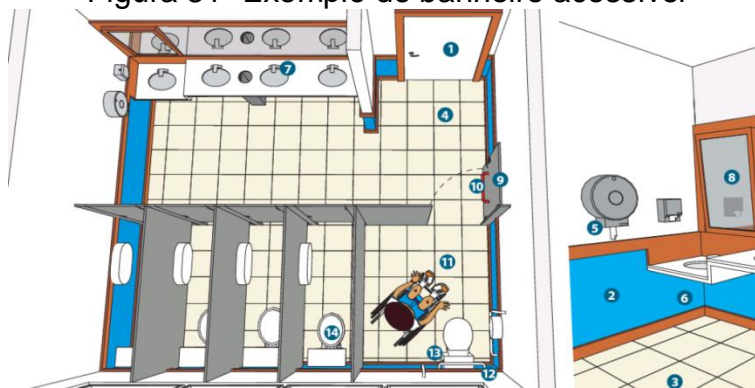
§ 3º Nas edificações de uso coletivo a serem construídas, ampliadas ou reformadas, onde devem existir banheiros de uso público, os sanitários destinados ao uso por pessoa portadora de deficiência deverão ter entrada independente dos demais e obedecer às normas técnicas de acessibilidade da ABNT. (Decreto nº 5.296, 2004, p.07)

Vemos que os banheiros não seguem as normas técnicas que a ABNT disponibiliza, além de não serem totalmente adaptados, alguns dos banheiros, estavam servindo como espaço para depósito de matérias de limpeza.

Alguns detalhes que temos que nos atentar para um banheiro acessível é primeiro no tamanho da porta, a porta tem que abrir para o lado de fora do banheiro, uma barra na porta de saída e dentro dos sanitários, a pia tem que barras de apoios, saboneteira, papeleira na altura correta e torneiras de fechamento adequado. E como vimos nas imagens acima, nos banheiros não existe a instalação de barras de apoio e não possui sanitário exclusivo para os portadores de necessidades especiais.

Exemplo de proposta de banheiro acessível, segundo O Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: O direito à escola acessível, p.55:

Figura 31- Exemplo de banheiro acessível



Fonte: MANUAL DE ACESSIBILIDADE ESPACIAL PARA ESCOLAS: O DIREITO À ESCOLA ACESSÍVEL, 2009.

- 1- A porta de entrada é larga.
- 2- O piso, as paredes e os equipamentos possuem cores contrastantes.
- 3- O piso é antiderrapante, regular e está em boas condições.
- 4- O sanitário é espaçoso para a circulação e manobra de cadeiras de rodas.
- 5- Todos os acessórios, como toaleiro, descarga, cesto de lixo, espelho, saboneteira, etc., permitem que todas as pessoas os alcancem.
- 6- O lavatório está em altura confortável e possui espaço inferior livre para a aproximação de uma cadeira de rodas.
- 7- A torneira é de fácil manuseio, em alavanca ou de pressionar.
- 8- O espelho do lavatório é inclinado e permite que uma pessoa, em cadeira de rodas, possa enxergar-se.
- 9- A porta do box acessível é larga e abre totalmente para fora.
- 10- barra na porta auxilia seu fechamento.
- 11- O box é espaçoso para manobrar e transferir a

pessoa da cadeira de rodas para o vaso sanitário. 12- As barras de apoio, junto aos vasos sanitários, estão dimensionadas e posicionadas corretamente. 13- A descarga é do tipo alavanca. 14- Existe um vaso sanitário infantil para crianças menores e pessoas com baixa estatura.

O acesso ao pavimento superior é permitido por meio de uma escada feita de concreto e com guarda corpo em perfil metálico.

Figura 32: Escada que dar acesso ao 2º piso



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2021.

Para um deficiente físico ou qualquer pessoa com a mobilidade reduzida conseguir acessar ao segundo piso, seria necessário que houvesse um elevador ou rampas, no qual seria uma das principais alternativas para garantir a acessibilidade. Abaixo segue um exemplo de escada acessível:

Figura 33- Escada Escolar



Fonte: MANUAL DE ACESSIBILIDADE ESPACIAL PARA ESCOLAS: O DIREITO À ESCOLA ACESSÍVEL, 2009.

Propostas de soluções que o Manual de Acessibilidade Espacial para escolas dar:

1- As escadas são largas, com degraus em tamanhos confortáveis e com pisos antiderrapantes, firmes e nivelados.2- As escadas e as rampas possuem patamares sem obstáculos a cada mudança de direção. 3- Os degraus possuem bordas em cor contrastante.4- As escadas e as rampas possuem piso tátil de alerta em seu início e fim.5- As rampas são largas e possuem pisos antiderrapantes, firmes e nivelados, com inclinação adequada para subir e descer em cadeira de rodas.6- Os corrimãos são contínuos, confortáveis dos dois lados das escadas e rampas, e estão instalados em duas alturas.7- As paredes e as grades de proteção (guarda-corpo), ao longo das escadas e rampas, estão em altura segura.8- Existem guias de balizamento, ao longo das rampas, que não possuem parede lateral.9- Em vez de construir uma rampa, pode-se instalar um elevador (O Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: O direito à escola acessível, 2009, p.41)

Ao subir, chegamos a um corredor bastante iluminado, amplo e espaçoso que dá acesso as salas de aula. (Figura 34).

Pela parte de cima, fica a maioria das salas de aulas, coordenação e 1 banheiro feminino e 1 masculino. As salas de aula estão localizadas uma ao lado da outra e com tamanho padrão.

Figura 34- Corredor do 2º piso



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2021.

Na figura acima vemos o corredor da parte de cima da escola, e para que seja acessível a um deficiente visual teria que haver um piso tátil, conforme as normas da ABNT 9050 e NBR, piso esse, que são de alto relevo no chão para assim fornecer auxílio na locomoção. Esses pisos não servem somente para um deficiente visual, mas também para crianças e idosos.

Como pode ser visto também, só confirma o que foi dito pelo gestor, a escola estar sem a sala da biblioteca, por este motivo os livros estão pelos corredores.

Na figura abaixo vemos uma biblioteca escolar:

Figura 35- Biblioteca escolar



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2021.

Sabemos que a biblioteca é de suma importância dentro de uma escola, pois é um lugar que incentiva a leitura literária, fortalece o conhecimento dos alunos e ainda faz com que eles façam pesquisas e usem as criatividade. E para que a biblioteca atenda a todos, ela também precisa ser acessível.

Na figura abaixo, veremos um exemplo de proposta para uma biblioteca acessível que o manual de acessibilidade espacial para escolas nos dar:

Figura 36- Exemplo de biblioteca acessível



Fonte: MANUAL DE ACESSIBILIDADE ESPACIAL PARA ESCOLAS: O DIREITO À ESCOLA ACESSÍVEL, 2009.

1- As mesas não possuem obstáculos para aproximação de uma cadeira de rodas e têm altura adequada ao uso de pessoas com baixa estatura. 2- Os corredores entre as estantes são largos. 3- A altura das prateleiras permite que todos alcancem os livros. 4- O balcão de empréstimo é acessível a todos, inclusive crianças menores e pessoas em cadeira de rodas. 5- O piso, as paredes e os móveis possuem cores contrastantes. 6- Existe um

espaço com tapete não-eskorregadio e almofadas para grupos de crianças menores. 7- Ambiente bem ventilado e iluminado.

Para que os alunos desfrutem de todos os benefícios de uma biblioteca, é preciso levar em consideração a acessibilidade. Uma biblioteca para ser acessível, ela precisa ser livre de barreiras, ser um ambiente respeitoso a todos, precisa ser um ambiente pensado nas particularidades de cada usuário, sabendo que as necessidades deles são diferentes, e não apenas a aqueles com deficiência, mas também aqueles com algum tipo de mobilidade reduzida, obesos, gestantes, idosos, dentre outros. Assim como qualquer outro lugar, a biblioteca também precisa ser um ambiente inclusivo.

Nas imagens abaixo vemos a quadra esportiva da escola:

Figura 37- Redondezas da quadra da escola



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2021.

A quadra escolar é um espaço que serve para as recreações, as aulas de educação física, treinos e serve também eventos da escola. Elas devem proporcionar a integração da comunidade e da criança. Devem dar o total acesso e condições, seja a quem for.

Na figura acima (37), pode-se observar as redondezas da quadra, onde é perceptível que a grama, alguns buracos e barreiras impossibilitando o acesso seguro de uma pessoa com deficiência. Não há rota acessível para guiar as pessoas deficientes até aos bancos ou arquibancadas e não existe piso tátil.

Figura 38- Parte interna da quadra



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant, 2021.

Os estudantes com necessidades especiais devem ser inclusos nas atividades físicas, pois através destas atividades o aluno deficiente passa a desenvolver melhor seu lado cognitivo, afetivo e motor, mas deve-se ressaltar a importância das relevâncias dos professores e das condições da quadra.

O que podemos ver é não há nenhum tipo de acessibilidade. Sabemos também, que são vários os tipos de deficiência física, e cada uma delas atinge algum segmento do corpo humano, com isto pode-se perceber que cada aluno com deficiência física possui uma limitação específica.

Usando esta constatação a acessibilidade espacial nas nossas escolas é de suma importância, e no caso, a inclusão de deficientes físicos nas aulas de Educação Física seria obviamente muito dificultoso.

Art. 24. Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. (DECRETO nº 5.296, 2004, p.09)

Sendo assim, é nítido que a instituição não está totalmente adequada, não estando apta a receber alunos portadores de necessidades especiais.

Uma escola deve se preparar de acordo com as exigências de cada estudante que ingressa, deve ser levado em conta a capacidade de alunos em sala de aula, a infraestrutura, os materiais ou equipes para atender certas deficiências, e acima de tudo, a capacitação dos docentes, para que eles possam saber como tratar

os alunos, como fazer as adaptações curriculares, que matérias eles precisam para chegar a esses estudantes e cumprir os objetivos de aprendizagem.

A criança, com deficiência matriculada numa escola regular, leva o desenvolvimento e ao amadurecimento de todos a sua volta, pois a escola se une em busca de soluções constantemente.

Uma das atitudes mais importantes é respeitarmos os ambientes especiais e de acesso para pessoas com deficiência, como o assento, as escadas adequadas, acento no ônibus, a vaga do carro, o atendimento preferencial, entre outros.

É importante lembrar que, adaptações devem ser feitas para que as pessoas com deficiência tenham livres acesso a todos ambientes, mas que isso não é somente função da escola, sendo que a mesma depende da condição financeira e material que os governantes.

Por fim, devemos estar cientes que não adianta somente tornarmos os ambientes acessíveis e que a inclusão não se faz apenas pela infraestrutura, mas que grande parte se faz pela eliminação de barreiras atitudinais, colocando assim a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho objetivou-se analisar a infraestrutura municipal e escolar as pessoas com necessidades educacionais em uma escola da educação básica, sob o aspecto de como o benefício da arquitetura e infraestrutura do local pode ter na inclusão de pessoas com deficiência no ambiente. Foram observados instituições no município de Benjamin Constant e um ambiente escolar.

Apesar de encerrar esta pesquisa, certamente não significa que o tema tenha se esgotado, mas sim, que seja mais um meio para abrir mais estudos sobre o tema. Pois, sabemos que a inclusão de pessoas com necessidade especiais não só na escola, mas como em qualquer outro lugar é um processo em desenvolvimento, que depende muito de reflexões e ações para chegar a uma melhoria nos espaços públicos ou privados, para que estas pessoas se sintam incluídas na sociedade.

Através desta pesquisa foi possível reconhecer que dentro de toda uma complexidade das relações humanas, os portadores de deficiência motora, como os cadeirantes, e o não menos importante os deficientes visuais, têm uma grande dificuldade para se adaptar aos ambientes, pelo simples fato, de que as rampas, instalação em barras de apoio e as calçadas, são insuficientes para uma melhor acesso a eles.

As legislações e textos pesquisados para a elaboração deste trabalho, deixam bem claro, que as instituições públicas ou privadas, em geral, a sociedade, precisam se adaptarem as pessoas com necessidades especiais, e não contrário.

E que a acessibilidade deve garantir a segurança e integridade física destas pessoas. A acessibilidade pode ser considerada como um atributo essencial do ambiente, no qual, possibilita que as pessoas com deficiência possam viver de maneira independente e segura.

Ao analisar as instituições, foi constatado que a maioria não possuía nenhum tipo de acessibilidade aos portadores de necessidade especial, assim como, as calçadas do município também, que em alguns lugares nem se quer tinha, e a pequena parte que tem, não tem rampas e eram espaços pequenos, assim tornando não tão fácil o seu meio de locomoção.

Dessa forma, o presente trabalho de conclusão de curso mostra que na realidade o município e a escola, não podem ser considerados inclusivos de acordo com o que expõe a Declaração de Salamanca (1994).

Portanto, conclui-se que nas instituições em que esses elementos de acessibilidade são em menor quantidade ou inexistente, falta um preparo do ambiente físico para recebe-los e que é de responsabilidade do governo implantar essas condições, assim sendo capazes de promover a inclusão social.

REFERÊNCIAS

(LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996)

_____. Ministério da Justiça. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. (2001) Pessoa portadora de deficiência – Legislação Federal Básica. Compilado e org.

Niusarete Margarida de Lima. – Brasília: Ministério da Justiça, 2001. (Série Legislação em Direitos Humanos. Subsérie Pessoa Portadora de Deficiência;

_____. NBR 14021:1997 – Transporte – Acessibilidade à pessoa portadora de deficiência – trem metropolitano. ABNT, 1997.

_____. NBR 9050:1994 – Acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências a edificações, espaços, mobiliário e equipamentos urbanos. ABNT, 1994.

_____. NBR 9050:2004 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. ABNT, 2004.

“Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos”. Junho/2004.

Educação especial. 2. Acessibilidade espacial. I. Título. II. Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação especial.

Estabelecidas pela ONU, em 1996, as **Normas Uniformes sobre a Igualdade de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.**

A ONU apresenta a **Declaração Universal dos Direitos Humanos – 1948.**

A ONU apresenta, em 1971, a **Declaração dos Direitos do Deficiente Mental.**

A ONU apresenta, em 1975, a **Declaração dos Direitos das Pessoas Portadoras de a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as a primeira versão da norma sob o título de “Adequação das edificações e do mobiliário acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. 2000.**

Acessibilidade Urbana: Brasil Acessível. 2004.

Artigo: Inclusão: Caminhos, Encontros e Descobertas/ Autores: Marcos Paulo Dellani¹ Deisy Nara Machado de Moraes²- Vol. 7 – Nº 15 - Janeiro - Junho 2012.

BERNARDES, Maria Eliza Mottosinho. **A produção de relatório de pesquisa : redação e normalização** / Maria Eliza Mattosinho Bernardes, Maria Luiza Jovanovic. - - Jundiaí, SP : Editora Fontoura, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** SÃO Paulo; Brasiliense, 2013. 57ª reimpressão da primeira ed. De 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Imprensa

Brasil. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. *Acessibilidade*. — Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos. — 264 p. : 21 cm.

Brasil. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência BRASIL. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 5.692, de 11 de agosto de 1971.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Lei Nº. 7.853*, de 24 de outubro de 1989.

BUROLLA, Marta Alice Feiten. **O estágio supervisionado**/ 5.ed. ver. E ampl. - São Paulo: Cortez, 2008.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciência humanas e sociais**/Antônio Chazzotti. 7.ed. – São Paulo : Cortez, 2005.- (Biblioteca da educação. Série 1. Escola ; v.16).

COOL. César(et.al.). **O construtivismo em sala de aula**. São Paulo. Ática, 2006. *das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Dezembro/2004 de deficiência e ao idoso, de que trata a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. 1995.

DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004.

FARRELL, Michael. **Deficiência sensoriais e incapacidades físicas**: guia do professor. Tradução Maria Adriana Veríssimo Veronese. – Porto Alegre: Artmed, 2003.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**/Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 6. ed-7reimpr. São Paulo: Atlas 2009.

LANCHOTI, José Antonio, coord. (1995-1). Programa Municipal de Eliminação de Barreiras Arquitetônicas para o município de Ribeirão Preto. Ribeirão Preto-SP, 1995.

LDB nacional [recurso eletrônico]: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. – 11. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 159).

Lei Federal nº 10.048 – *Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica.* 2000.

LEI MUNICIPAL Nº 1.319, DE 16 DE MARÇO DE 2021

LIBÂNEO, José Carlos. **Educação escolar: política, estrutura e organização.** 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade. **Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e Técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**/Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. -5.ed.-são Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, M^a Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.**ed. São Paulo:Hucitec,2006. OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.**2.ed.Petrópolis– RJ:vozes; 2008.

Ministério da cidade. *Construindo a cidade acessível.* Dezembro/2006 - 1^a edição - Brasília/DF Oficial, 1988.

NBR-9050:1985 Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT – é aprovada **NBR-9050:2004 ABNT** - *Promulgada a revisão da Norma com novo enunciado: normas de proteção.* 1999.

PIAGET, Jean. **A psicologia do Desenvolvimento: linguagem desenvolvimento e aprendizagem.** São Paulo, Nova Alexandria, 1995.

Projeto político- pedagógico da escola: **Uma construção possível**/ Ilmar Passos Alencastro Veiga (org.). – Campinas, SP: Papirus, 1995. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

Silva, Adilson Florentino da **A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais : deficiência física** / elaboração Adilson Florentino da Silva,Ana de Lourdes Barbosa de Castro, Maria Cristina Mello Castelo Branco.- Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 67 p.

APÊNDICES

MEMORIAL

O presente memorial tem como escopo apresentar resumidamente de forma articulada os acontecimentos relevantes da minha vida pessoal, alguns fragmentos do meu processo de escolarização, vida acadêmica, momentos marcantes no curso e como tudo isso favoreceu a minha formação e futura atuação profissional de educação. Efetivando de forma coerente os acontecimentos que caracterizam as disciplinas, as práticas pedagógicas e as diferentes atividades a qual participei enquanto acadêmica.

Como afirma Oliveira (2007, p.121): “Memorial é um depoimento escrito relativo à lembranças á vivencias de alguém; memórias. Deve conter um breve relato sobre a história de vida pessoal, profissional e cultural do memorialista”.

Dito isto, como a própria palavra “memorial” relativiza com memórias, este é um trabalho que conta as lembranças da nossa trajetória de vida. Eu me chamo Nayara Silva Damasceno, nasci no dia 03 de março de 1997, no hospital de guarnição de Tabatinga. Sou filha de Rosângela Silva Damasceno e Ney Eduardo Silva Damasceno. Onde minha mãe é funcionária pública e meu pai militar da reserva do exército brasileiro, tenho três irmãos, sou solteira e tenho 21 anos de idade.

Iniciei minha vida escolar no ano de 2001, aos quatro anos de idade, idade mínima para ingressar em escola pública. Na escola Municipal José Carlos Mestrinho onde fiquei até a alfabetização, sempre participando de todos os eventos da escola, tive ótimas professores que nunca irei esquecer.

Quando fui para a primeira série na escola Estadual Duque de Caxias já lendo e escrevendo, me reservavam muitos desafios em deles foi a mudança de professores e de escola, um outro ambiente. Fiquei na escola Duque de Caxias nos anos seguintes. Em 2004 a minha família mudou-se para Manaus, pois meu pai era militar e foi transferido. Fui matriculada na escola estadual Getúlio Vargas e no mesmo ano na escola estadual Balbina Mestrinho, pois ficava mais próximo de residíamos, de início era muito difícil para mim a metodologia usada por ser minha nova professora, pois era muito diferente da que eu estava acostumada.

Em 2006 voltamos novamente para Tabatinga onde retornei à Escola Duque de Caxias onde cursei o terceiro e quarto ano. Em 2008 entrei na Escola Militar Thomaz Coelho aqui mesmo em Tabatinga no Batalhão de Exército Brasileiro. Mudança total de ambiente, me adaptar à nova escola, a novos professores, aos novos colegas e a nova metodologia, tudo isso não foi fácil para mim, mas com muito esforço consegui me adaptar, mas como imprevistos acontece em 2012 mudei tanto de cidade como de escola.

Me mudei para a cidade de Parintins, onde morei com meus avós. Lá comecei o meu 9º ano na escola estadual Thomazinho Meireles, um ano muito difícil, pois além de morar longe dos meus pais meus avós moravam numa comunidade longe da escola e tínhamos que pegar um ônibus lotado, porque antes de passar pela comunidade que eu morava ele passava por outras duas comunidades e tinham muitos alunos que moravam lá. Além disso, meus avós eram humildes e passávamos por muitas necessidades.

No ano seguinte mudei de escola, fui para meu primeiro ano do ensino médio na Escola Estadual Brandão de Amorim, escola onde não me dei bem, pois não gostava da escola e não fiz nenhuma amizade dentro dela. Nos dois últimos anos fui para a escola estadual João Bosco, escola onde me dei muito bem, gostei das metodologias usadas para o ensino, da escola, dos professores e fiz muitas amizades dentro dela. Mas em todas eu tive a dificuldade na situação de transporte. Enfim, a escola João Bosco foi a Escola que eu mais me identifiquei e onde eu tenho orgulho de ter terminado o meu ensino médio. Passou um ano e eu prestei vestibular para UFAM.

TRAJETÓRIA ACADÊMICA

Quando optei a fazer o curso em Pedagogia, fiquei meio confusa se era isso que eu queria, mas durante os primeiros períodos fui gostando, pois não imaginava o quanto poderia descobrir e aprender ao estudar a educação e seus processos. Vi que a educação abre novos horizontes, faz com que tenhamos uma nova visão do mundo e que sejamos seres críticos.

No ano de 2015, no segundo semestre dei início a uma extensa caminhada em um mundo totalmente oposto que havia vivenciado, foi quando entrei na

faculdade no começo, os primeiros períodos foram bastante difícil, pois como eu moro em Tabatinga e a Universidade fica em Benjamin Constant, tinha que acordar as 4 horas da manhã por motivo de que o barco que transportava os alunos de TBT para BC não suportava todos, então era briga para que chegasse primeiro iria nele, assim era do mesmo modo a volta para casa, chegando muita das vezes quase 20 horas em TBT muito cansada. Como nesse tempo não ganhávamos nenhuma bolsa e na maioria das vezes o barco quebrava. As vezes os alunos iam para a CATRAIA, onde são baleiras que fazem transporte de TBT/BC pedir carona para os conhecidos como “catraieiros”, que são os homens que trabalham fazendo isso, passamos muitas humilhações pelo fato de eles não quererem levar. Ficava muito difícil e cansativo pela distância e pelo simples fato de não estar acostumada com aquilo, chegando na maioria das vezes em pensa em desistir. Difícil também a questão das disciplinas, que por mais que eu me esforçasse eu não estava conseguindo compreender algumas disciplinas e não conseguia relacionar uma com a outra.

Na universidade temos que se manter com uma vida para as apostilas, xerox, alimentação, condução entre outras coisas mais, outro fato pelo qual dava vontade de desistir. Mas fui caminhando com muita dedicação e alguns obstáculos, mais é muito bom estar onde estou, hoje ganho uma ajuda de custo para meus estudos que a UFAM nos proporciona, uma bolsa acadêmica onde me ajuda muito e com a ajuda dos meus pais também tudo fica melhor.

No decorrer do tempo a Universidade nos proporcionou o Auxílio Transporte que ajudou bastante, só fica ruim quando ele atrasa para sair que prejudica no transporte.

Algumas disciplinas são comuns a todos os cursos da Universidade que são: Introdução à filosofia, psicologia geral, metodologia do estudo e da pesquisa, língua portuguesa, sociologia geral e da educação, informática básica organizacional, introdução à antropologia. Estas disciplinas aprimoraram mais o conhecimento porque cada um tem objetivo de ensinar e método cada uma tendo ferramentas relevantes para uma sala de aula. Todas têm carga horária que varia e cada uma contribuem para o acadêmico, aprimorando os conhecimentos. Os professores usaram metodologia que me incentivou a aprender mais, fez com que eu buscasse meios para o entendimento.

No 1º período a disciplina que foi de suma importância para mim, foi à disciplina de Introdução à filosofia, pois fez com que eu passasse a ser uma pessoa autônoma. No 2º período foi à disciplina de saberes tradicionais, que me levou a entender diversas tradições, relações culturais e a sociedade. No 3º as disciplinas foram de suma importância, mas a de prática da pesquisa pedagógica eu vi mais importância pois pude perceber que a pesquisa faz parte da formação do professor. No 4º período a disciplina de Legislação educacional e métodos da educação infantil I, nos deu visões sobre a infância social e historicamente construídas, aprendemos que seria essencial que o educador tivesse amor a sua profissão. No 5º período a disciplina de fundamentos da educação especial foi importante porque conhecemos as leis e métodos de como trabalhar com alunos que tenham necessidades especiais. No 6º foi a disciplina de Libras que me chamou atenção, pois através dela também aprendemos as leis que garante e oficializa a língua de sinais como o uso dos surdos. E nós dar um ensino básico para sabermos nos comunicar com esses tipos de alunos. Já no 7º período as disciplinas de suma importância para mim foram: docência, gestão e relações humanas e a de estágio supervisionado na gestão educacional, onde nos mostrou a principal função do gestor, do pedagogo e de toda a sua equipe. Mostrou também as diferentes formas de gestão, esta disciplina nos ajudou no nosso estágio na gestão da escola, pois sabemos que a sociedade hoje espera uma escola que busque a qualidade e que a gestão da escola passe a deixar a comunidade a se envolver nas decisões. Não esquecendo que todas as disciplinas de práticas da pesquisa pedagógica foram importantes, veio a favorecer mais a minha formação e mostrou a realidade dos alunos dentro da sala de aula. Com muita dedicação e força de vontade estou concluindo o 7º período, com a ajuda de Deus e de pessoas que são muito especiais para mim, que confiam na minha capacidade e que querem me ver sempre bem. O 8º período iniciado no ano de 2019, iniciei disciplinas de suma importância, uma delas a de estágio na educação infantil, foi onde comecei a frequentar a sala de aula, participar e interagir com os alunos, no qual pude me identificar bastante com a área e assim pretendendo concluir o curso de Pedagogia.

Não posso deixar de destacar as disciplinas de Português, Matemática e Informática, disciplinas estas que são bastante importantes e que estão sempre presentes no nosso dia a dia. Em questão da disciplina de informática destaco pela

necessidade de que hoje em dia qualquer profissional tem que pelo menos ter o conhecimento básico sobre a informática, do contrário será apenas um profissional leigo.

Friso mais ainda na disciplina de Fundamentos da Educação Especial, pois foi onde pude conhecer coisas que nunca imaginei conhecer sobre os conhecidos "deficientes". Foi a partir desta disciplina que me interessei pelo o meu tema de TCC, quis conhecer mais ainda pelo fato de ter um sobrinho Autista. Não desprezando as outras disciplinas, mas para mim as disciplinas de Práticas da Pesquisa Pedagógica também é uma das mais importante do nosso curso, pois é nelas que pudemos pôr em prática todas as outras disciplinas em que aprendemos na teoria.

O 9º e último período foi onde me matriculei na disciplina de Orientação ao TCC, nesse momento já estávamos passando por uma grande Pandemia, pandemia essa que tirou milhares de vidas, onde muitos amigos e conhecidos próximos perderam seus familiares. Na graça de Deus, não perdi nenhum parente meu.

Como esse vírus é transmitido pelo contato e pelo ar, o mundo praticamente PAROU! Aulas, trabalhos, viagens, entre outros...com tudo isso, as aulas começaram a ser remotas. Como a internet no meu município é péssima, ficava difícil as orientações, pelo fato de ter que estar acessando o google meet, google sala de aula e o g-mail aplicativos que são bastante pesados, que puxa bastante internet, era meio que difícil as orientações por esses aplicativos. Foi usado bastante o Whatsapp para melhor comunicação com o orientador. Mas, diante de todas essas dificuldades, que todos nós passamos, eu não desisti.

Durante a orientação eu descobrir que estava grávida, foi o momento onde me desestabilizei, não conseguia pensar em outra coisa a não ser na minha gestação, foi o momento também em que passei muito mal em relação os enjoos, sono e dores de cabeça, foi nesse estante em que desisti em fazer o meu TCC. Sei que poderia ter me dedicado e me esforçado mais, mas no momento foi o que eu senti vontade de fazer.

Agora, no ano de 2021, no segundo semestre, estou eu novamente na disciplina de TCC, ainda grávida, mas com outro pensamento. Esta gestação só

estar fazendo com que daqui para frente eu só queira o melhor para mim e para esta criança que está chegando ao mundo. Estou confiante de que defenderei e conseguirei concluir mais essa etapa em minha vida.

DISCIPLINAS DO EIXO DE FORMAÇÃO DO PEDAGOGO

O curso de Pedagogia visa capacitar profissionais capazes de atuar nas áreas de Educação Infantil, Anos iniciais e Gestão Escolar. Acredito que todas as disciplinas foram de suma importância para que obtivesse esta formação nos três campos de atuação. Vale salientar que elas favorecem o desenvolvimento de um novo olhar sobre a prática docente e gestor.

Ter formação em pedagogia é como ter uma tripla formação. Ter que atuar no campo de docente, pedagogo e de gestor também alarga a necessidade pelo conhecimento e compromisso na sua atuação, mas isto não significa que temos que ser perfeitos, mas que possamos ser dedicados e apaixonados no que fazemos.

Para a atuação na Educação Infantil e o Ensino Fundamental puder aprender muito com as disciplinas de: Psicologia, Psicologia da Educação e Desenvolvimento, Psicologia da Aprendizagem, Sociologia, Práticas I,II,III,IV e V, Didática I e II, Artes, Psicomotricidade, Literatura Infantil, Fundamentos da Educação Especial e Educação, Cultura e Identidades Étnicas. Estas disciplinas nos dar a visão de que a sala de aula se transforma em um contexto de informação e ensinamentos, onde uma aprende com o outro e que um professor além de ensinar, ele tem que saber cuidar, amar, ouvir e respeitar cada aluno.

O ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Figura 39- Frente da escola



Fonte: PPP da escola.

O Estágio foi na Escola Municipal de Educação Infantil Frei Benigno Falchi, onde está inserido na rua Raimundo Barbosa no bairro Colônia II, com sede em Benjamin Constant, Estado do Amazonas, CEP: 69630000, e localizada geograficamente ao leste. Foi reinaugurada na gestão da Prefeita Iracema Maia, no dia 23 de fevereiro de 2015.

A Escola Frei Benigno Falchi, abrange crianças de faixa etária de 3 a 5 anos de idade, ofertando as áreas de maternal III, Pré I e Pré II, com 11 salas de aula, uma secretaria, sala dos professores, lactário, cozinha, 2 banheiros para os alunos e um para os funcionários, dispensa, almoxarifado, parquinho com 5 balanços, 1 gangorras e 1 escorregador, 1 carrossel e 1 anfiteatro e o pátio para as atividades recreativas.

OBSERVAÇÕES E A PARTICIPAÇÃO ATIVA

O Estágio possibilitou o conhecimento de algumas problemáticas que vem interferindo na formação das crianças. O estágio é o momento em que o acadêmico tem o primeiro contato com a prática, e a oportunidade de refletir e analisar sobre a possível solução para a problemática apresentada na referida instituição em vários aspectos, sociais, políticos e culturais. (PIMENTA e LIMA, 2004). Logo o estágio assume um papel importante na formação do professor, possibilitando aos estagiários uma aproximação com a realidade escolar, pois o estágio é a intervenção do acadêmico sob a supervisão do orientador, observando, adquirindo conhecimentos e intervindo nas problemáticas educacionais.

Durante a observação na escola vi bastante o comportamento das crianças, na sala observada havia 18 alunos na faixa etária de 4 a 5 anos de idade, de família de classe média e as crianças residem em bairros diferentes. Ao falamos do processo de ensino e aprendizagem, devemos primeiramente conhecer cada criança, saber quem é cada uma, como vivem, com quem moram e assim conhecer aos poucos a realidade deles.

É muito importante a participação da família para a melhoria da aprendizagem das crianças. Assim, o que pude perceber entre a relação família e escola que é muito boa, os pais dos alunos possuem ótima relação com a professora, participam dos eventos e das reuniões.

A criança como todo ser humano sujeito social e histórico deve ser entendido, tendo cuidado e respeitado. Elas constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vive.

Com isso o professor tem que possibilitar a criança o conhecimento, instigando a curiosidade da criança de diferentes maneiras. Também cabe ao educador ter objetivos que venham suprir as suas necessidades e as expectativas que os alunos almejam, a fim de avaliar as suas atividades e avaliar também as suas próprias atitudes.

As crianças da sala de aula eram curiosas, responsáveis, gostavam de fazer os exercícios, prestavam muito atenção e ter estagiado nessa sala de aula tive uma boa experiência profissional pois a prática serviu para descobrir que ser educadora é ter sobre seus ombros uma grande responsabilidade: a de educar seus alunos de acordo com sua realidade e ter um planejamento adequado.

A relação professor-aluno é fundamental no processo de ensino, estando intimamente vinculada à organização da instituição escolar, cuja função principal é veicular o saber sistematizado, e a organização usual dessa instituição é a transmissão desse saber. A relação professor-aluno assume diferentes significados, de acordo com as diferentes teorias da educação (MARTINS, 2002).

A professora era muito responsável, tinha um bom diálogo, relacionamento excelente com os alunos, mostrou que gostar do que faz, tratando as crianças com carinho e desenvolvendo atividades que sempre prendiam a atenção das crianças e sempre varia nas metodologias. Além de tudo as crianças precisam se sentir seguras, motivadas, estimuladas, logo a relação entre professor-aluno precisa ser excelente. E a minha relação com as crianças foi muito boa. Portanto entende-se que esta experiência foi muito importante e fundamental para nossa formação.

A única dificuldade foi na questão do comportamento das crianças, não era todo, mas sempre tinha uns três ou quatro que faziam bagunça na sala de aula, mas nada com que a professora pudesse botar em ordem. Tirando isso, na questão de dificuldade tudo foi bem tranquilo.

A participação ativa teve a carga horária de 60 horas que concretizou nas atividades de instituições de ensino, a regência supervisionada sendo como quesito obrigatório que teve sua carga horária de 10 horas para sua organização e

desenvolvimento, com 6 horas de planejamento 4 horas para sua execução, atuando assim como um profissional da educação infantil.

Este estágio foi enriquecedor, pois me entreguei com vontade, senti de fato a realidade do contexto em que estava estagiando, aprendi que se vive para enfrentar desafios e este foi mais um que enfrentei, porém, um desafio muito gostoso. Neste tópico trata-se das atividades no qual pude participar na escola, tais como: auxílio ao professor na elaboração e realização de atividades de ensino, reuniões com os pais, participações com os docentes da referida escola, de conselho de classe e de encontro pedagógico. Esta participação ofereceu a nos estagiários a oportunidade de participarmos de todos os processos dos alunos e termos o privilégio de ver como o professor atua em sala de aula.

A observação iniciou-se no dia 02 de abril de 2019 pela manhã, onde foi observado a escola em geral. Fomos bem recebidos por toda a equipe da escola, a gestora falou um pouco da sua função, de como era o seu trabalho dentro da escola, a secretária se apresentou e em seguida a nossa orientadora dividiu e nos encaminhou para a sala de aula, onde logo após já fomos para a prática.

Já na sala as professoras estavam trabalhando o dia do Autismo, onde as crianças participaram fazendo um cartais, para ser lembrado esse dia com uma pequena homenagem. Em seguida a professora trabalhou com as crianças as junções das vogais, onde também fizeram uma pequena atividade para pôr em prática o que eles aprenderam.

O estágio é o momento em que o acadêmico tem o primeiro contato com a prática, e a oportunidade de refletir e analisar sobre a possível solução para a problemática apresentada na referida instituição em vários aspectos, sociais, políticos e culturais. (PIMENTA e LIMA, 2004).

Nesse sentido o estágio assume um papel importante na formação do professor, por possibilitar uma aproximação com a realidade escolar, pois o estágio é a intervenção do acadêmico sob a supervisão do orientador, observando, adquirindo conhecimentos e intervindo nas problemáticas educacionais.

No mesmo dia 03 de abril, segundo dia de participação ativa, podemos observar as crianças, a professora sempre nos botando para ajuda-lá, corrigindo,

fazendo trabalhos para os alunos, ajudando eles nas atividades e várias outras coisas.

No dia 04 a professora passou uma atividade trabalhando o nome de cada criança, fazendo com que elas aprendam a escrever seus próprios nomes. Logo mais a docente foi explicando as formas geométricas com explorações de cartazes onde as crianças ficaram bastante interessadas e depois fizeram uma atividade abordando este mesmo tema.

05/04 neste dia que caiu numa sexta feira e nas sextas as professoras fazem o planejamento, a professora só passou duas pequenas atividades, uma trabalhando os nomes e a outra foi um desenho livre onde as crianças expressaram aquilo que estavam sentindo.

Nos dias 09 e 10 a professora trabalhou novamente as junções, os nomes e as formas geométricas para que assim as crianças pudessem conhecer mais, aprimorar mais ainda a sua escrita e conhecer mais um pouco sobre elas.

No dia 11 a professora começou com o novo tema, que foi a consoante B, ela trabalhou a família do B e fez com que eles escrevessem a letra. Já na sexta no dia 12 ela trabalhou com o nome das crianças e em seguida teve o planejamento das professoras, onde pudemos participar e observar o elas fazem no dia em que se reúnem para essa reunião.

Todas as segundas as crianças fazem o hasteamento da Bandeira e no dia 15/04 não foi diferente, todas elas vão para o pátio da escola e assim cantam o Hino Nacional Brasileiro.

Logo na aula a professora aprofundou mais na consoante B e em seguida já se aproximando da páscoa e professora passou uma atividade sobre este tema.

No decorrer das observações e participações observei bastante as crianças nos intervalos e também nos momentos em que a professora liberava os brinquedos para as crianças brincarem dentro de sala de aula.

14/04 neste dia foi trabalhado a historinhas, a professora trouxe livros para que as crianças pudessem observar e fazer a leitura visual, pelo simples fato elas não

saberem ler ainda. Em seguida ela leu a história para eles, no qual ficaram todos atentos e curiosos.

O que pude observar também é que nas quartas feiras as crianças tinham aula de mídia, a professora passava vídeos educativos onde os alunos ficavam interessadíssimos. Além de que para eles era uma aula diferente no qual chamava bastante atenção deles. No dia 17/04 a professora trabalhou com eles sobre o dia do índio, ela trabalhou esse dia por que no dia seguinte foi feriado e não iria dar para trabalhar com eles no dia certo. Então ela explicou porque que o dia 19 era o dia do índio e a importância deles. Assim, passou atividades sobre o índio, fez um cocar para cada aluno e seguindo pitou todas, assim simbolizando o índio.

No dia 22 foi a festa da Páscoa das Crianças na escola, um dia muito legal e maravilhoso de se participar. Nos estagiários pudemos colaborar ajudando as professoras nesse momento de festa para as crianças. Ajudamos nas ornamentações, nos afazeres da cozinha e na organização com as crianças.

Todos os momentos foram bem proveitosos, mas o dia que eu mais pude aproveitar foi no dia em que a professora liberou um dia para darmos a aula e nesse dia pude sentir como é realmente “dar uma aula”, como ser um professor, o, mas difícil foi poder ter total controle com a turma, tirando isso foi tudo bem tranquilo. E sabemos que é muito importante tudo isso, porque as práticas servem também para você saber se essa é a área profissional que você quer mesmo na sua vida.

Nos outros dias 23, 24 e 25 a professora revisou sobre os conteúdos dos nomes, da letra B, teve vídeo aula e por fim ela entrou na disciplina de matemática, explicando sobre a quantidade falando do número 0, 1 e 2.

Por tanto posso dizer que minha participação ativa foi muito significativa e de suma importância para minha formação por ter alcançado meu objetivo. Todas essas experiências me adequam tendo contato direto com a realidade da sala de aula, que a teoria serviu bastante para a pratica e que ambas devem andar juntas assim possibilitando a aprendizagem e o conhecimento.

UM RELATO CIRCUNSTANCIADO DA EXPERIÊNCIA DA REGÊNCIA/ INTERVENÇÃO

Figura 40- Faixa do dia da Intervenção



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2019.

A intervenção foi realizada no dia 15 do mês de maio do ano de 2019 na Escola Municipal Frei Benigno Falchi, durante o turno Matutino, tendo como tema “Frutas Regionais”. No qual a temática surgiu mediante as observações feita na sala de aula. A partir daí foi onde também tivemos diversos desafios ao trabalhar dentro da sala de aula.

A regência teve como objetivos geral: Conhecer a importância, o valor e os benefícios que as frutas oferecem para o crescimento da criança, buscando caminhos pedagógicos para uma alimentação de qualidade. Pois é importante que se trabalhe com o tema no contexto escolar, pois possibilita para as crianças uma forma de se alimentar bem.

Os recursos utilizados para a intervenção, foram materiais como: EVA, TNT, cartolina, cola de silicone, tesoura, fita dupla face, pincel, computador, lápis de cor, papeis A4, lápis, borracha, massinhas e outros.

Foi feito nos minutos iniciais o primeiro momento – Geralmente este momento é conhecido por muitos professores como a acolhida, que consistiu em dá as boasvindas aos alunos seguida de uma música de bom dia, como de costume no início da aula há sempre uma oração, exploração dos cartazes e uma Conversa informal. Neste momento as crianças puderam nos conhecer melhor e vimos que gostaram muito no momento em que souberam que “novas” professoras iriam dar uma aula diferente naquele dia.

No segundo Momento fizemos as Atividades Orientada, onde trabalhamos com as áreas de conhecimento em Ciências Naturais, os alunos puderam conhecer as variedades de frutas existentes e sua importância para a saúde humana, através

da Apresentação das historinhas de cada fruta através dos “frutoches”, no qual as crianças gostaram muito ao ver as frutas desenhadas no EVA. Na segunda atividade trabalhamos com a Ciências Sociais, onde diferenciamos os locais e a época das frutas regionais e as não regionais. As crianças ficaram muito curiosas e fizeram diversas perguntas referente a essa atividade e respondemos com maior prazer. Na terceira fizemos uma atividade envolvendo a matemática fazendo com que elas compara- sem as quantidade e os tamanho de alguns tipos de frutas. Alguns tiveram dificuldades pelo simples fato de ainda não souberem contar, lá fomos ensinando de um por um para que assim pudessem aprender.

No terceiro momento é trabalhado a Atividade diversificada, desenvolvemos atividades com relação às frutas regionais já apresentadas, envolvendo os aspectos sociais, afetivos e perceptivos motor das crianças. As atividades foram: o quebra-cabeça, cara metade e o jogo da memória. As crianças puderam se divertir e gostaram bastante, pois não era uma atividade rotineira, acharam aquilo diferente e foram brincar.

Em seguida, no quarto momento onde é trabalhado a imaginação, a fantasia das crianças através das frutas envolvendo aspecto social e efetivo da criança. O procedimento usado foi o desenho e pintura, assim as crianças puderam criar sua própria arte desenhando a fruta que mais gosta.

O quinto momento propiciamos atividades que fizeram as crianças a usarem sua coordenação motora ampla e fina, em seus aspectos físicos, social e efetivo.

Fizemos uma brincadeira chamada “caça tesouro”, para combinar com nosso tema colocamos: “procurando as frutas”. Escodemos várias frutas espalhadas pela escola e as crianças tiveram que procurar e encontrar elas e assim que encontrassem teriam que dizer o nome delas e importância que ela tinha para saúde.

No fim, a avaliação foi realizada de forma continua, através da participação, interesse, assiduidade, desempenho e comportamento das crianças.

Diante de tudo isso, de todo o estágio, das observações e das participações foi percebido que as crianças não dão valor as frutas, algumas trazem merenda de casa, que geralmente são produtos industrializados como o refrigerante, iogurte,

bolachinha dentre outros, no qual não são adequados para consumir diariamente e pelas as crianças.

A própria escola vende para as crianças bolo, misto, bolachas, entre outros. Mas o lanche que a escola serve, o que pude observar que é variada, tem dias que é mingau de aveia, mingau de neston, macarronada, açaí, banana, tangerina e outros. Por conta estes motivos o interesse em desenvolver essa temática.

A escolha desta temática foi de fazer com que as crianças pudessem conhecer os benefícios e os nutrientes que as frutas oferecem ao nosso organismo. Mostrando a elas uma boa forma de se alimentar e a importância das frutas, de com elas são saudáveis e fazendo com que as crianças adquiram assim o gosto e prazer de se alimentar.

O Estágio foi um dos momentos de maior sentido durante o Curso de Pedagogia. Foi de suma importância, pois podemos viver momentos de experiências que poderão ser aproveitadas na nossa trajetória profissional, criando e inovando métodos de trabalhos, promovendo a interação entre gestor, professor, alunos e comunidade escolar que são de grande importância para uma boa convivência social.

Os desafios encontrados foram diversos, mas isso encontraremos sempre em nossa trajetória pois tudo está em constante mudança e não podemos parar, se isso acontecer não acompanharemos as evoluções e não seremos profissionais inovadores e pesquisadores.

Nesta perspectiva, esta experiência foi de suma importância para a formação acadêmica e futuros profissionais da educação. Para lidar com crianças sabemos que devemos e temos a obrigação de tratar a todos com igualdade, carinho e atenção pois algumas tem dificuldades maior e outras menor.

Já na atuação da Gestão Escolar as disciplinas que contribuíram bastante foram: História e Legislação Educacional, Política Educacional e Organização do Ensino Básico, Escola, Currículo e Cultura, Gestão Democrática do Trabalho Pedagógico, Docência, Gestão e Relações Humanas, Avaliação Educacional e Institucional, Estágio Supervisionado na Gestão Educacional e Gestão Organizacional. Disciplinas na quais são direcionadas para a área de Gestão

Escolar, no qual enfoca formas existentes de gestar, trazendo pensadores que enaltecem o campo pedagógico.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NOS ANOS INICIAIS

Figura 41- Turma do ensino fundamental



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2019.

O estágio supervisionado nos anos iniciais ocorreu na escola Municipal CESBI, no município de Benjamin Constant, está localizada na Rua Elízio Ataíde, nº 441, no bairro de Coimbra, um dos mais antigos bairros da cidade. Seus horários de funcionamento é: Matutino – 07h00 às 11h00 e Vespertino – 13h00 às 17h00. Tem o número total de alunos: 1.126 e de professores: 45. Onde foi realizado na sala do 2º ano do ensino fundamental.

O estágio supervisionado nos anos iniciais é mais uma das oportunidades que nos estagiários temos de experimentar a profissão na prática e, é por ai que ocorre o contato mais próximo com as crianças, é também na sala de aula que realmente descobrimos se é essa profissão que queremos seguir.

No decorrer do estágio de observação foram observadas a prática de docência, como também de como a escola trabalha de forma geral. Sabemos que a observação é um instrumento importante no qual nos permite analisar as metodologias usadas, as regras que regem a aula e nos dar uma visão de qual método utilizar dentro de sala de aula.

Esta experiência foi de suma importância para nos futuros profissionais da educação. Mostrou que como futuros docentes devemos ser dinâmicos, comunicativos e que deve haver interação entre aluno e professor. E que além de tudo o professor deve conhecer a realidade de cada um dos alunos.

O Estágio possibilitou o conhecimento de algumas problemáticas que vem interferindo na formação das crianças. É nesse momento em que o acadêmico tem o primeiro contato com a prática, e a oportunidade de refletir e analisar sobre a possível solução para a problemática apresentada na referida instituição em vários aspectos, sociais, políticos e culturais. (PIMENTA e LIMA, 2004). Logo o estágio assume um papel importante na formação do professor, possibilitando aos estagiários uma aproximação com a realidade escolar, pois o estágio é a intervenção do acadêmico.

A PARTICIPAÇÃO ATIVA

A carga horária de participação é de 60 horas nas atividades de instituições de ensino, a regência supervisionada sendo como quesito obrigatório com carga horária de 10 horas para sua organização e desenvolvimento, com 6 horas de planejamento 4 horas para sua execução. A observação iniciou-se no dia 23 de setembro de 2019 no turno da manhã.

Durante a observação na escola vi bastante o comportamento das crianças, na sala observada havia 18 alunos na faixa etária de 4 a 5 anos de idade, de família de classe média e as crianças residem em bairros diferentes. Ao falamos do processo de ensino e aprendizagem, devemos primeiramente conhecer cada criança, saber quem é cada uma, como vivem, com quem moram e assim conhecer aos poucos a realidade deles.

É muito importante a participação da família para a melhoria da aprendizagem das crianças. Assim, o que pude perceber entre a relação família e escola que é muito boa, os pais dos alunos possuem ótima relação com a professora, participam dos eventos e das reuniões. A criança como todo ser humano sujeito social e histórico deve ser entendido, tendo cuidado e respeitado. Elas constroem o conhecimento a partir das interações que estabelecem com as outras pessoas e com o meio em que vive. Com isso, o professor tem que possibilitar a criança o conhecimento, instigando a curiosidade da criança de diferentes maneiras.

Também cabe ao educador ter objetivos que venham suprir as suas necessidades e as expectativas dos alunos, tem que avaliar as suas atividades e avaliar também as suas atitudes. As crianças da sala de aula eram curiosas,

responsáveis, gostavam de fazer os exercícios, prestavam muito atenção e ter estagiado nessa sala de aula tive uma boa experiência profissional pois a prática serviu para descobrir que ser educadora é ter sobre seus ombros uma grande responsabilidade: a de educar seus alunos de acordo com sua realidade e ter um planejamento adequado.

A relação professor-aluno é fundamental no processo de ensino, estando intimamente vinculada à organização da instituição escolar, cuja função principal é veicular o saber sistematizado, e a organização usual dessa instituição é a transmissão desse saber. A relação professor-aluno assume diferentes significados, de acordo com as diferentes teorias da educação (MARTINS, 2002).

A professora era muito responsável, tinha um bom diálogo, relacionamento excelente com os alunos, mostrou que gostar do que faz, tratando as crianças com carinho e desenvolvendo atividades que sempre prendiam a atenção das crianças e sempre varia nas metodologias. Além de tudo as crianças precisam se sentir seguras, motivadas, estimuladas, logo a relação entre professor-aluno precisa ser excelente. E a minha relação com as crianças foi muito boa. Portanto entende-se que esta experiência foi muito importante e fundamental para nossa formação.

A única dificuldade foi na questão do comportamento das crianças, não era todos, mas sempre tinha uns três ou quatro que faziam bagunça na sala de aula, mas nada com que a professora pudesse botar em ordem. Tirando isso, na questão de dificuldade tudo foi bem tranquilo.

O estágio mostrou que temos que enfrentar os desafios e supera-los. Pois um professor sempre passará por alguma dificuldade dentro da sala de aula. As atividades relatadas aqui vão mostrar a minha participação na escola, os auxílios dados ao professor nas atividades, na participação da reunião dos professores entre outras participações. O estágio me deu oportunidade de participar dos processos escolares e de poder ver como um docente atua em sala de aula e assim poder também trabalhar como professor.

Por tanto posso dizer que minha participação ativa foi muito significativa e de suma importância para minha formação por ter alcançado meu objetivo. Todas

essas experiências me adequam tendo contato direto com a realidade da sala de aula, que a teoria serviu bastante para a prática.

A TEORIA E A PRÁTICA: UM RELATO CIRCUNSTANCIADO DA EXPERIÊNCIA DA REGÊNCIA/ INTERVENÇÃO

Figura 42- Atividade da intervenção



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2019.

Este capítulo abordará sobre a regência, a importância dela e será falado também sobre o por que do tema escolhido. Com o término das observações, foram coletadas ideias nas quais foi escolhida uma e transformada em um projeto de intervenção pedagógico, para que seja uma das formas de mostrar uma solução para a problemática existente no contexto escolar.

Diante de diversas problemáticas foi percebido que as crianças não se importavam tanto com a sua alimentação, ou seja, elas comiam o que queriam e não se importavam tanto com as consequências de que ter uma má alimentação pode trazer. Quero deixar claro que a escola disponibiliza sim uma merenda boa e saudável, mas as crianças trazem de suas próprias casas ou compram outro tipo de alimento fora. Pude observar também que talvez elas ainda não teriam conhecimento sobre como é ter uma alimentação saudável. Através desta conclusão foi daí a ideia de escolher a temática: “Boa Alimentação”, que teve como objetivo geral fazer com que as crianças conheçam a importância e os benefícios de uma boa alimentação que facilita no bom desenvolvimento e no bem elas mesmas.

O desenvolvimento deste projeto de intervenção ocorreu desta forma: com 6 horas de planejamento e 4 horas para a execução como uma profissional da educação infantil. A intervenção foi realizada no dia 04 do mês de dezembro do ano

de 2019 na Escola Municipal CEBI, na turma do 2 ano dos anos iniciais, do turno vespertino, com o objetivo de desenvolver habilidades através de atividades que despertassem o interesse dos alunos.

No primeiro momento foi o de rotina, onde o objetivo específico é de desenvolver a capacidade de interação grupal. Ocorreu assim, fiz a recepção das crianças, me apresentei, disse o porquê de estar lá e disse também que naquele dia eu seria a professora deles. Logo, fiz a dinâmica do cumprimento, no qual ocorreu desta maneira: fiz com que todos ficassem em pé um do lado do outro e fui lendo o que a dinâmica passava. Essa dinâmica é uma história contada por uma pessoa que visitou vários países e que neles cada um tinha seu modo de cumprimento, enquanto lia as crianças iam fazendo as formas. Foi uma dinâmica bem divertida, no qual sempre gosto de fazer pois faz com que as crianças percam a vergonha, se socializem e principalmente mostram uma forma de carinho um pelo outro. Em seguida tive uma conversa informal com eles perguntando como tinha sido a manhã deles, se dormiram bem, se brincaram, se estavam bem, se estavam felizes, falei um pouco sobre mim e por fim falei sobre o que seria a aula neste dia.

Antes de começar a aula fiz, mas uma pequena dinâmica mostrando uma imagem com dois tipos de alimentações, a Saudável e Não Saudável. Não expliquei a imagem e só fiz com que as crianças escolhessem a comida que elas mais gostam marcando um X na imagem. No qual a mais escolhida foi a imagem que tinha doces, refrigerante e batata frita. Eu logo dei continuação na aula.

O segundo momento foram as atividades orientadas e as áreas de conhecimento escolhida foram: a História e ciências naturais, que o objetivo específico era de fazer com que as crianças conhecessem as variedades de frutas, legumes, verduras e sua importância para a saúde, através dos procedimentos como uma simples apresentação de slide e vídeos sobre Alimentação Saudável e os riscos que uma má Alimentação pode trazer. Depois de tudo isso de ter mostrado os vídeos e explicado o que era uma alimentação saudável voltei lá na imagem e perguntei se eles tinham escolhido a alimentação certa e eles ficaram chocados e falaram que não.

Depois de ter explicado a eles sobre o tema, passei mais uma atividade levando um cartaz de um lado escrito ALIMENTAÇÃO e do outro NÃO SAUDÁVEL,

levei imagens de frutas, verduras, legumes, batatas fritas, doce, entres outros. Fiz com que eles colassem do lado certo as respectivas imagens do lado certo.

A outra área de conhecimento trabalhado foi: a Língua Portuguesa, no qual o objetivo foi trabalhar a leitura, fazendo a leitura de um pequeno texto e em seguida respondessem as questões. A outra trabalhada foi a Matemática, com o conteúdo de quantidades.

O terceiro momento foi a atividade diversificada com o objetivo de desenvolver atividades com relação a Boa Alimentação, envolvendo os aspectos sociais, afetivos e perceptivos motor das crianças. Levei as brincadeiras do Quebra-cabeça, Jogo da memória e Jogo dos 7 erros. Foi um momento muito legal e interessante no qual as crianças gostaram muito e puderam se socializar e brincar. Além de tudo que puderam também aprender através destas brincadeiras.

No quarto momento da atividade coletiva foi o momento de trabalhar a imaginação e a fantasia envolvendo o aspecto social e efetivo da criança. Levei revistas e pedi que eles recortassem frutas, verduras, legumes para que construíssem um prato que representassem para eles uma alimentação saudável.

No quinto momento o objetivo foi de propiciar atividades que envolva a criança a usar sua coordenação motora ampla e fina, em seus aspectos físicos, social e efetivo. Levei a Brincadeira da Caixa mágica, foi um momento legal que as crianças de olhos vendados puderam somente tocar e experimentar as frutas e legumes levados por mim. Foi um momento muito engraçado também por que as crianças se divertiam pelo simples fato de terem que comer algo que eles não conhecem ou não gostassem de olhos fechados.

Em seguida deixei de forma livre que eles desenhassem a fruta, legume ou verdura que eles mais gostavam, eles puderam usar suas imaginações e assim criaram desenhos lindos.

Já no sexto e último momento ocorreu a Avaliação que ocorreu de forma coletiva, avaliei através da participação, interesse, desempenho e do comportamento de cada uma. E por fim perguntei a eles se gostaram da aula naquele dia e eles falaram que sim e isso foi tão gratificante para mim ver que eles gostaram do meu trabalho.

A realização desse trabalho foi muito importante e ver que os objetivos foram alcançados com muita dedicação, esforço e motivação. Contudo, esta experiência foi enriquecedora para minha vida, favorecendo um crescimento intelectual, humano e social para minha vida profissional.

Durante o período de estágio foi possível aplicar os conhecimentos aprendidos durante as aulas, nos quais muitas me auxiliaram na prática. O estágio foi muito importante para o meu aprendizado e válido pois aprendi muito ao observar a professora, ver a participação dos alunos e o desinteresse de alguns.

Na sala de aula passamos por momentos de experiências que poderão ser aproveitadas na trajetória profissional. Observei que o professor tem que estar bem preparado didaticamente, ter o domínio da sala, postura, ser dedicado, dar atenção, ter cuidado com os alunos e além de tudo ser apaixonado pelo que faz. Pude também presenciar as dificuldades que os professores encontram e as que os alunos tem no aprendizado.

Aprendi que um professor com planejamento bom e uma aula bem elaborada desenvolvem mais os seus alunos, fazendo com que eles sejam comportados, envolventes e que aprendem mais dependendo da metodologia utilizada.

Posso dizer que o estágio me proporcionou uma visão prática que as aulas não conseguem abranger, isso tudo contribuiu para o meu crescimento acadêmico e que fará diferença no meu desempenho futuramente.

Portanto a experiência em sala de aula das séries iniciais foi gratificante, imprescindível para o meu aprendizado e para minha formação como futura professora. Vivenciei na prática como um professor deve se portar diante dos problemas encontrados no decorrer do seu cotidiano e que além de tudo isso estão sempre ali ensinando.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA GESTÃO ESCOLAR

O estágio supervisionado na gestão escolar ocorreu na Escola Municipal Cosme Jean, localizada: av. Bairro Cohaban, que tinha como gestor: Julimax Holanda e coordenador pedagógico: Crijânio Jean Ramos. Suas etapas oferecidas

são: Anos Iniciais e Ensino Fundamental, com o horário de Funcionamento da Escola: Matutino, Vespertino e Noturno.

O estágio ocorreu de forma grupal, com os estagiários: Aline Rodrigues da Silva, Christian Ribeiro Ramires, Leonardo Romaine Ramires, Nildson Carlen de Lima Deveza e eu Nayara Silva Damasceno.

Figura 43 – Imagem da Escola Municipal Cosme Jean



ESCOLA MUNICIPAL COSME JEAN

Fonte: PPP da escola

O projeto de Estágio Supervisionado na Gestão Educacional Escolar teve como finalidade descrever de forma detalhada as atividades do estágio, e foram realizadas no segundo semestre de 2018. Este planejamento das atividades a serem desenvolvidas no âmbito da escola é de suma importância para os acadêmicos do Curso de Pedagogia, pois, proporcionará o desenvolvimento das atividades de maneira mais eficiente e condizente com os objetivos da disciplina de estágio obrigatório.

Sabemos que a área da gestão educacional é um campo que abrange todo o corpo docente da instituição como coordenação pedagógica, professores, alunos e também a comunidade externa. A gestão escolar é uma das responsáveis por possibilitar ao corpo docente as condições necessárias para o desenvolvimento de suas práticas pedagógicas no que diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem da escola fazer suas práticas.

O estágio de gestão educacional escolar vem possibilitar aos acadêmicos o desenvolvimento de ações educacionais numa gestão democrática e assim, norteará os acadêmicos a se aprofundarem no processo de gestão em uma instituição escolar.

A importância do estágio na formação do professor caracteriza-se pela oportunidade de uma práxis pedagógica que articula teoria e prática na perspectiva de uma gestão educacional escolar pautada nos princípios de uma gestão democrática, tendo em vista a qualidade do processo ensino aprendizagem na educação básica.

A OBSERVAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

Figuras 44- Discentes no estágio de gestão



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2018.

A observação iniciou-se no dia 13 de setembro de 2018 pela manhã, onde foi observada a sala do gestor e a secretaria em geral. Fomos bem recebidos por toda a equipe da escola, o gestor falou um pouco da sua função, de como era o seu trabalho dentro da escola. O pedagogo da Escola por nome Crisjanio nos apresentou à alguns professores, a sala da coordenação, secretaria e a sala dos professores. Logo após o gestor já nos botou em prática, onde fizemos a transferência dos resultados das provas para o sistema do CAED (Centro de Apoio à Educação a Distância).

O estágio é o momento em que o acadêmico tem o primeiro contato com a prática, e a oportunidade de refletir e analisar sobre a possível solução para a problemática apresentada na referida instituição em vários aspectos, sociais, políticos e culturais. (PIMENTA e LIMA, 2004).

Nesse sentido o estágio assume um papel importante na formação do professor, por possibilitar uma aproximação com a realidade escolar, pois o estágio é a intervenção do acadêmico sob a supervisão do orientador, observando, adquirindo conhecimentos e intervindo nas problemáticas educacionais.

No mesmo dia 13 pela tarde continuamos nas transferências dos resultados das provas para o sistema do CAED, por ser muitos alunos é um trabalho que leva tempo e passam a tarde todinha fazendo esse trabalho. Durante o intervalo da escola o gestor fez reunião com os professores onde não pudemos participar pelo fato de estarmos envolvidos nas transferências.

14/09/2018 neste dia ficamos mais uma veze observando a sala do gestor da escola, ele nos explicou como funcionava o sistema de CAED e a importância da prova (prova de português e matemática). Corrigimos algumas provas e logo após transferimos para o sistema. E pela parte da tarde apenas continuamos a transferência.

17/09/2018 neste dia foi observado na sala dos professores a professora Gilmara que é formada em Pedagogia e é a Supervisora Educacional da escola. O trabalho dela orientar os alunos, professores e pais dos alunos. Ela cuida do HTP da escola, que é conhecido como Horário de Trabalho Pedagógico, que são horários disponíveis aos professores para a organização de suas aulas. Após a aula o gestor fez uma reunião tratando sobre a prestação de contas da festa junina da escola e sobre a festa do dia das crianças. Ele explicou e pediu opinião dos professores para que todos entrassem em acordo. O que pudemos ver é que tem professores que preferem não se envolver nas decisões e outros que estão ali dando os seus pareceres, querendo ajudar o gestor a saber qual é a preferência deles.

Pelo turno da tarde ficamos dentro da sala do gestor observando tudo que ele exercia, transferências de alunos, dando declarações, fazendo pedidos de materiais para a escola, resolvendo problemas de alunos, entre outros. Em cada situação ele dava uma pequena explicação. Fizemos também a efetivação no portal sobre as provas.

18/09/2018 observamos a sala onde trabalha o Pedagogo e a Orientadora Educacional. Vimos que eles trabalham muito na relação entre aluno e família. Trabalham também entre a organização de horários dos professores, confecções de matérias para a escola e participam de reuniões na SEMED.

19/09/2018 neste dia foi apenas observação novamente na sala do gestor. No dia 20/09/2018 último dia de observação o gestor parou para conversar com os

estagiários. Foi questionado se “ser gestão é algo que queríamos”, “se gostamos” e “o que achamos de tudo que vimos”. Todos deram seu ponto de vista, mas um ponto que foi bastante tocado é de que ser um gestor não é uma coisa fácil, que exige bastante competência, paciência, responsabilidade, que precise ser ativo e entre outras características. Tem que saber lidar com várias problemáticas que existe em um ambiente escolar.

A importância do gestor na escola é para articular a educação para o melhor desenvolvimento da referida instituição, onde toda comunidade escolar tem que trabalhar juntos para que aja resultados positivos de ensino na escola. Com isso a equipe pedagógica apresenta-se como um dos principais pilares de uma instituição escolar para o desenvolvimento da educação. Sendo que o conhecimento da equipe da gestão é de suma importância para manter de certa forma um nível excelente de educação.

Por meio destas observações podemos ver de que como um gestor precisa mesmo trabalhar em equipe, que trabalhando sozinho a escola não andar. Que tudo precisa ser decidido em conjunto. E também de que o gestor precisa saber lidar com várias situações, seja ela boas ou ruins.

A INTERVENÇÃO NO CAMPO DA GESTÃO ESCOLAR

Figura 45- Dia da intervenção



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2018.

Este capítulo abordará sobre a participação ativa estágio e a importância do objetivo da regência/intervenção. A participação ativa teve a carga horária de 40 horas que concretizou nas atividades de instituições de ensino, no término do estágio, a regência supervisionada sendo um quesito obrigatório.

A intervenção foi realizada no dia 31 do mês de outubro do ano de 2016 na Escola Estadual Municipal Cosme Jean, durante o turno Noturno, tendo como tema “o caminho pedagógico e administrativo para efetivação de uma gestão de qualidade”, no qual a temática surgiu mediante as observações de acordo na gestão da referida escola, onde acompanhamos as inúmeras características do gestor e sua coordenação pedagógica. Onde foi desenvolvido os desafios e perspectiva da gestão escolar, e seu desenvolvimento com a relação interpessoal com sua equipe pedagógica. E também foram descritos sucintamente a atividade como proposta para o alcance da gestão democrática na escola. Foram convidados: Toda a equipe da área da administração e alguns professores para participar da regência.

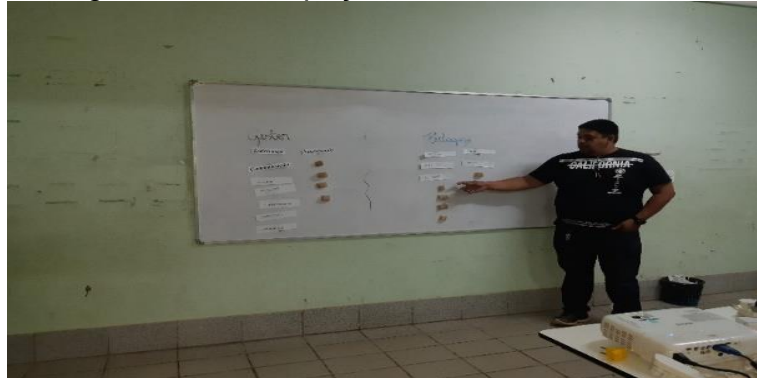
Teve como objetivos: Geral: Promover a reflexão acerca dos desafios e perspectivas sobre uma gestão democrática buscando caminhos pedagógicos para uma gestão de qualidade. E os Específicos: Conhecer as competências do gestor e pedagogo, refletir sobre os desafios e perspectivas da gestão democrática e apresentar caminhos pedagógicos em busca de uma gestão de qualidade.

Os recursos utilizados foram matérias como: EVA, TNT, papel laminado, cartolina, cola de silicone, tesoura, data show, fita dupla face, pincel, computador e caixa de som.

Foi feito nos minutos iniciais a apresentação de cada estagiário e foi passado um vídeo de reflexão. Após isso foi passado novamente um Vídeo abordando o desafio da gestão escolar. Após discutimos sobre ele mesmo.

Em seguida foi passado uma Dinâmica: das competências de cada setor (gestor e pedagogo). Com o objetivo do gestor e sua equipe pedagógica juntos com os estagiários discutir sobre as competências do pedagogo e do gestor, assim tentar criar estratégias onde possam ter sucesso na gestão.

Figura 46- Participação na da atividade



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2018.

No Terceiro momento foi feito a Mesa Redonda: Desafios e Perspectivas da Gestão Escolar. Nos quais foi discutida entre os participantes da mesa, o tema de suma importância para o entender do estágio supervisionado na gestão. Na mesa redonda foi debatido os Desafios e Perspectivas da Gestão Escolar, que decorrente disso agregara ao nosso aprendizado acadêmico. Duração de 40 minutos

No Quarto momento foi realizado a Dinâmica: ilha do tesouro. Que teve como objetivo de motivar, integrar o grupo, desenvolver habilidades de trabalho em equipe e mostrar a superações de desafios.

Figura 47- Atividade de intervenção



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2018.

No Quinto momento e último momento demos as Considerações finais abordando todo o conteúdo dos momentos expostos pelos estagiários e pedimos que todos contribuíssem dando suas opiniões finais.

Figura 48- Finalização da intervenção



Fonte: Autor, Pesquisa de campo, Benjamin Constant/AM, 2018.

No fim o gestor nos avaliou, disse que desenvolvemos uma boa regência e que é um belo tema a ser discutido entre professores e gestor. Contudo, a experiência foi muito gratificante e enriquecedora para futuros profissionais da educação, pois mostra um olhar diferente para a realidade, a regência supervisionada foi prazerosa e muito importante, uma vez que a sua função foi proporcionar oportunidades de vivenciar a educação.

PRÁTICAS DA PESQUISA PEDAGÓGICA

As disciplinas de Prática da Pesquisa Pedagógica I, II, III, IV e V, todas elas com horas- aulas, observações e participações em sala de aula. Através da pesquisa o acadêmico utiliza a investigação para concretar e melhorar na sua eficácia como docente ou como dirigente de atividades.

No campo de pesquisa, o aprendiz passa a relacionar os seus conhecimentos teóricos com a realidade. Ao menos tempo que os acadêmicos interagem com a escola, ele passa a transmitir os seus conhecimentos e acaba também aprendendo.

A prática de pesquisa pedagógica é como um orientador, ela ensina como aproveitar o tempo cronológico e as metodologias de pesquisa dentro da sala de aula. A cada campo pesquisado, as técnicas utilizadas vão se adequando.

É nas primeiras disciplinas de práticas que definimos nosso tema de pesquisa, uns permanecem com ele durante toda a trajetória acadêmica e outros acabam trocando, por falta de coletas de dados ou por não se identificar mais com o tema.

Durante as práticas, eu escolhi o tema sobre a Educação Especial, por achar um tema muito escasso na universidade, mas de uma suma importância para a educação. Antes do primeiro contato com o campo de pesquisa, os professores prepararam cada um dos acadêmicos, para que assim pudessem agir com ética e responsabilidade diante de todos os momentos.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

De acordo com projeto curricular do curso de pedagogia, ao final da sua trajetória acadêmica, o acadêmico tem que haver exercido 100 horas de atividades complementares, nas quais podem ser desenvolvidas de várias formas, como: atividades de monitoria, cursos de extensão, debates de mesa redonda, entre outras atividades que ofereçam créditos estabelecidos pelo coordenador de curso e desde que seja do conhecimento do colegiado do curso.

Essas atividades são de suma importância para a formação do acadêmico, pois sendo que as mesmas são formas de aprofundar ainda mais os seus conhecimentos.

Por morar em outro município, ficou meio difícil participar de algumas atividades que a universidade oferecia, mas pude participar de algumas como:

A semana da pedagogia, que é uma semana que se configura como uma oportunidade de congregar diferentes atividades para os acadêmicos, trabalhos de diferentes áreas de conhecimentos e atuação do curso. No qual, permite a interdisciplinaridade na formação do futuro egresso pedagogo.

Pude participar do “Ciclo de palestras e encontros do observatório da educação do campo no alto Solimões”, no qual tinha o objetivo de promover diálogos interdisciplinares, por meios de grupos de estudos, palestras e fórum, articulados à temática da Educação do Campo.

No início do curso, participei de uma atividade, desenvolvida pelos alunos do curso de Letras, juntamente com uma discente. Atividade essa, sobre a língua estrangeira Espanhola. No qual, foi muito proveitosa, onde pudemos aprender um pouco mais do espanhol.

Particpei também, do 3º Workshop de Novas Tecnologias, que teve como proposta o tema “Propostas de projetos de ensino e aprendizagem”, foi abordado por meio da palestras e mesa – redonda com gestores das escolas locais, identificando as dificuldades enfrentadas pelos professores e membros da comunidade na implementação de projetos educacionais. O projeto foi realizado pelos acadêmicos do Curso de Ciências, Agrarias e Meio Ambiente e o Curso de Licenciatura de Pedagogia.

Por fim, fiz parte do projeto “ A Magia da Alfabetização e Letramento”, no qual pudemos ir para uma escola, trabalhar com alunos que tinham bastante dificuldade de leitura e de escrita.

Essas atividades é uma das formas que a universidade proporciona aos seus acadêmicos oportunidades para ampliar seus conhecimentos e de conseguir completar as suas cargas horarias que o curso exige. Vale ressaltar que todas as atividades proporcionam um outro olhar da realidade, fazendo com que o acadêmico ponha em prática os seus ensinamentos de sala de aula, uma vez que, a mesma nos mostra formas de desenvolver as atividades.

A PRÁTICA PROFISSIONAL

Inicialmente, o que contribuiu bastante para uma melhor formação de nossa vida profissional, foram os estágios. Pois, oportunizou ao acadêmico experiências técnicos-científicos, colocou de frente com a área profissional, proporcionando-o a oportunidade de fazer com que o acadêmico percebesse que era a profissão certa a escolher.

Os estágios supervisionados me proporcionaram aprendizagens significativas para minha futura profissão, me colocou em contato direto com os desafios e as dificuldades que são encontradas pelos professores na educação.

O Estagio Supervisionado da Gestão também foi de suma importância para o meu crescimento acadêmico, onde mostrou que tudo que se planeja e que as decisões tomadas na escola, são tomadas em equipe. O estágio me proporcionou uma experiência boa, me deu mais uma aproximação direta com o ambiente do trabalho docente e ao decorrer disto, o conhecimento adquirido através das

observações e participação ativa serão necessários na minha futura atuação profissional.